

Referencia: CRUZ, Maria de Lourdes Otero Bravo. Breve panorama do processo evolutivo do Espanhol e do Português no plano fonológico e intercâmbios lingüístico-culturais entre essas comunidades lingüísticas. *Anuario Brasileño de Estudios Hispánicos*, 13, 2003, p. 143-158

Breve panorama do processo evolutivo do Espanhol e do Português no plano fonológico e intercâmbios lingüístico-culturais entre essas comunidades lingüísticas

Maria de Lourdes Otero Brabo Cruz
Doctora en Lingüística Aplicada – Profesora de Língua Espanhola
Universidade Estadual Paulista – Unesp – Campus de Assis
Rua José Bonifácio, 1901
Vila Ouro Verde – Assis – S.P.
tomalu@femanet.com.br

Breve panorama do processo evolutivo do Espanhol e do Português no plano fonológico e intercâmbios lingüístico-culturais entre essas comunidades lingüísticas

Maria de Lourdes Otero Brabo Cruz

Pretende-se enfatizar neste trabalho a fonologia diacrônica contrastivamente e fazer referência à representação ortográfica efetuada pelo Português e pelo Espanhol. Algumas referências a outros planos lingüísticos são realizadas, mas o fio condutor é o desenvolvimento destas línguas no plano fônico.

Nosso interesse em chegar a uma visão mais integral das relações e do desenvolvimento do Espanhol e do Português, levou-nos a recuperar algo da história dessas línguas, aparentadas e tão próximas, no marco das línguas e dialetos peninsulares oriundos do latim. Alguns desses dialetos não chegaram a atingir o status de língua que o Português e o Espanhol obtiveram. Estas línguas mantiveram uma trajetória bastante próxima, mas com suas especificidades em diferentes estágios de evolução lingüística, que são marcadas pelo contexto cultural no qual se inseriam.

2.1. Movimento de Aproximação e Afastamento

Embora o português e o espanhol tenham mantido uma trajetória bastante próxima, houve especificidades em diferentes estágios de evolução lingüística,

que foram marcadas pelo contexto cultural no qual se inseriam. O castelhano distinguiu até o século XII fonemas que, mais tarde, foram confundidos ou substituídos por novos, numa simplificação crescente do sistema lingüístico existente até então, marca do processo de evolução lingüística, enquanto que o português manteve-se mais próximo às origens, e adotou soluções distintas no âmbito da fonologia.

O caráter arcaizante do galego-português revela-se, segundo Lleal (1990:161), na manutenção dos timbres abertos do / / e do /ó/ do latim e uma conseqüente não ditongação (*ponte*>[po(nte)]; *servu*>[sErBo]), na conservação dos ditongos decrescentes sem monotongar (com os resultados [éj] e [ów]), na manutenção do /T-/ (*lectu* > [léjto]) e redução das consoantes germinadas /LL/ e /NN/ sem palatalizar (*capillu*>[kabélo]; *pannu*>[páno]). Outros traços conservadores no galego-português, tais como a manutenção do /f-/ inicial e dos grupos consonânticos /MB/ e /ND/, eram compartilhados por vários dialetos peninsulares bem como algumas evoluções, entre outras a palatalização de /LJ/ e a vocalização de /KT/ e /LT/.

Lleal (1990) assinala que também houve inovações fundamentais no romance galego-português, tais como: a) a queda de /-L-/ e /-N-/ intervocálicos, possivelmente após a absorção da soante pela sílaba anterior e posterior nasalização ou vocalização, logo perdidas: [lú/na > lún/a > lú/a], [do/ló/re > dol/ó/re > do/ó/re]; b) palatalização dos grupos consonânticos iniciais /PL-/, /KL-/ e /FL-; c) metafonia: a evolução do vocalismo galego-português apresentou inúmeros casos de inflexão vocálica.

Castela foi unificada por Fernán Gonzalez (970), lutou pela sua independência e, por fim, passou a exercer o domínio sobre os demais povos da Espanha. O romance castelhano evoluiu, pelo pouco apego que tinha em relação à norma culta, o que possibilitou, segundo Lapesa (1997), que assimilasse e adaptasse as inovações obtidas nas regiões vizinhas: do leste são provenientes as assimilações /ai/ > /e/, /au/ > /o/, /mb/ > /m/; do noroeste a palatalização do /l/ dos grupos iniciais /pl-/ , /kl-/ e /fl-/ , com a posterior supressão da primeira consoante; do centro a ditongação /e(ɫ)/ > /ié/; /o(ɫ) / > /ué/; e do norte (vascos) vem a tendência em substituir o /f/ por /h/ aspirado ou omiti-lo.

À convergência na adoção de soluções propostas por outros dialetos, soma-se no castelhano a diferenciação na apresentação de soluções próprias, inovadoras, tais como: a) a supressão de /g/ e /j/ iniciais ante /e/, /i/ átonos; o resultado /ts/ (*haça, açada, antuçano*) para os grupos /sc/ e /st + yod/, em vez de /ʃ/ que era a situação dominante em toda a península; b) os ditongos /ué/, /ié/ separavam o castelhano do galego-português, catalão e moçárabe, mas o /o/ em *noche, poyo, ojo, hoja* – distinguiam-no do leonês, do aragonês e do moçárabe central, pois no castelhano o yod impedia a ditongação; c) o /x/ de *llamar, llover, llama* contrastava tanto com os grupos intactos *clamar, ploure, flama, plantain*, do aragonês, catalão e moçárabe, quanto com os resultados /c/ e /ʃ/ dos galego-portugueses e leoneses; d) os grupos /kt/ e /ʉlt/, que em outros romances detivera-se na vocalização, com o resultado jt, no castelhano avança no seu processo evolutivo, com uma articulação cacuminal da semi-consoante e uma posterior palatalização.

Notamos, portanto, um carácter mais conservador no caso do romance galego-português frente a uma maior flexibilidade do castelhano, que tende a adotar inovações provenientes de outros romances ou a romper com a norma vigente, com uma aceleração de suas tendências evolutivas. Isto contribui para que o espanhol se afaste mais do português. Podemos constatar que a pronúncia antiga do espanhol, que se estendeu até o século XII, apresentava uma maior proximidade em relação ao português, pela maior participação de fonemas sonoros. Também ocorria nesse período uma maior identidade pela distinção entre /b/ e /v/, pela conservação do ditongo decrescente [ej], vocalização do /l/ interior seguido de consoante e o /F-/ inicial (com freqüente omissão a partir do século XI). É feita, a princípios do século XVI, uma definição pelos segundos membros das alternâncias vigentes (e/y; non/no), o que distancia mais o espanhol do português.

TABELA 2: PRONÚNCIA ANTIGA DO ESPANHOL (até o séc.XII)

<p>grafia x correspondia ao fonema /Σ/</p>	<p>De <i>ximio, baxo, exido, axuar</i>, que se pronunciava como no asturiano <i>Xuan</i>, no gal.-português <i>peixe</i>, ou no catalão <i>mateix, xic</i>; representava, pois, o fonema pré-palatal fricativo surdo /Σ/</p>
<p>grafias g, j ou i correspondiam aos fonemas</p>	<p>De <i>gentil, mugier, jamás consejo ou conseio, oreja u oreia</i>. Correspondia ao fonema prepalatal sonoro “rehilado”, de articulação originariamente</p>

/dZ/ ou /Z/	africada /dZ/, que se tornou fricativo /Z/, como hoje no português <i>janela</i> e no catalão <i>ajudar</i> .
grafias c antes de e ou i, ç ante vogal → /ts/	De <i>cerca</i> ou <i>çerca</i> , <i>braço</i> . Correspondiam ao fonema /ts/ dental africado surdo.
grafia z correspondia ao fonema /dz/	De <i>fazer</i> , <i>razimo</i> . Representação no espanhol antigo do fonema dental africado sonoro /dz/.
grafia s e ss	De <i>rosa</i> , <i>prisión</i> . Correspondiam ao fonema ápico-alveolar fricativo sonoro /z/. Em princípio de palavra ou depois de consoante em posição interior como em <i>señor</i> , <i>pensar</i> e <i>-ss-</i> entre vogais como <i>passar</i> , <i>esse</i> , <i>amasse</i> . Representavam o fonema ápico-alveolar fricativo surdo /s/
grafia b e v correspondiam aos fonemas /b/ e /v/	De <i>cabeça</i> , <i>embiar</i> , <i>lobo</i> , <i>huebos</i> , <i>boto</i> . Correspondiam ao fonema bilabial oclusivo /b/ . De <i>cauallo</i> ou <i>cavallo</i> , <i>auer</i> ou <i>aver</i> , <i>huevos</i> ou <i>huevos</i> . Correspondiam ao fonema fricativo de articulação bilabial[B] ou labiodental [v]

Fonte básica dos dados: Lapesa (1997). Adaptação e compilação da autora.

No período que vai dos séculos XI a XIII, a Espanha promove um apoio da imigração de além Pirineu, devido aos enlaces matrimoniais entre reis espanhóis e princesas da França. Ocorre também um repovoamento de zonas reconquistadas

na luta contra os mouros, com a população de origem francesa. Esta imigração influencia a língua espanhola da época, segundo Lapesa (1997), na incorporação de *estrangeirismos* com final consonântico duro (ardiment, arlot, duc, franc, tost), e apócope do /-e/ final após consoante (noch, dix, recib, mont, part, allend), com um ensurdecimento da consoante precedente (/v/ final > /f/ - nube>nuf; nueve>neuf; nave>naf; ove>of; /Z/ > /Σ/ - homenaje>omenax; /g/ > /k/ - Rodrigo>Rodric; Diago>Diac).

O mesmo ocorre em Portugal durante o século XIII. A presença dos franceses, tanto pelas peregrinações a Santiago de Compostela quanto pela participação em zonas de repovoamento ou acompanhando a dinastia dos Borgonha, influenciou na apócope do –e átono final, que teve lugar depois de sonantes e sibilantes alveolares /l/, /r/, /n/, /s/ e /z/, e afetava também as formas verbais (val, fiz, etc).

Na 2ª metade do século XIII inicia-se, na Espanha, a *época alfonsina*. O reinado de Alfonso X vai de 1252 a 1284 e esse monarca espanhol, de cognome o rei sábio, promoveu uma intensa atividade científica e literária. A tradução de obras escritas originariamente em línguas orientais era realizada por uma equipe de tradutores, composta por judeus e cristãos que, conjuntamente, se ocupavam de verter para o castelhano.

Este labor da escola de tradutores fez com que este romance ganhasse um significativo corpus literário e o subsequente prestígio decorrente dessa produção, além de consolidar-se como uma língua neolatina, função que já cumpria como instrumento de comunicação, na fala do povo, mas que então floresce como

sistema, a língua utilizada para fins literários e desígnios oficiais.

No combate à apócope estrangeirizante e ao amálgama de palavras, tendências que se instalaram na língua por influência francesa, o rei sábio promove no castelhano a adição ou reposição da vogal eliminada, bem como o respeito à palavra como unidade.

Ainda há, no período alfonsino, uma oscilação no uso ou não da apócope: *vien/viene; tien/tiene; diz/dize; faz/faze; fiz/fize; quier/quiere*. Porém, o prestígio da produção alfonsina e da norma toledana gera frutos e, em 1390 ou 1400, há o restabelecimento do */-e/*, salvo quando acompanhava as consoantes finais *d, l, n, r, s* ou *z*.

Alfonso X usa o galego-português como língua lírica, mas o castelhano contará durante o seu reinado com uma vasta produção em prosa. Além do significativo poder político que o reino castelhano tem em suas mãos (com a anexação do reino de León - desde Fernando III - e Galiza, que se via unida a León), Alfonso X toma a decisão de que nas cortes se utilize unicamente o castelhano, e o eleva ao status de língua oficial empregada nos documentos reais que circulavam pelos três reinos.

Os escritos alfonsinos estabelecem normas para a grafia valendo-se de uma base fonológica, normas estas que prevalecem até o século XVI. Portanto, o sistema consonântico apresentava-se representado graficamente de modo a registrar as oposições fonológicas que se davam naquele período.

Portugal mantém a apócope estrangeirizante, outro contraponto que podemos realizar em relação ao espanhol. Portugal torna-se um reino

independente a partir de 1143 e Alfonso III, rei da nação portuguesa, promove a adoção do português como língua oficial em 1255, medida que provoca uma seleção das variantes a serem empregadas e uma maior estabilidade em relação ao galego, que permanece atrelado ao domínio espanhol.

No entanto, é a partir do século XV que passa a haver uma diferenciação entre o galego e o português, com a adoção em Portugal de evoluções provenientes da região centro-sul, da antiga zona moçárabe. Descarta-se, a partir de então, as soluções provenientes do norte, identificada como uma zona mais conservadora. Maia (1986:519) observa, ao analisar documentos do século XIII ao XIV:

“É notório o menor grau de conservadorismo e a mais acentuada estabilização da língua dos documentos portugueses, aspectos que contrastam com o maior grau de instabilidade e flutuação que caracterizava os documentos de Galiza.”

O português apresenta evoluções provenientes, a maioria delas, da região centro-sul, que estabelecem o perfil dessa língua. Entretanto, há marcas comuns entre o galego e o português, como o infinitivo pessoal que é em muitos contextos, segundo Posner (1998), uma variante social e estilística com que se procura enfatizar o sujeito da ação. Há toda uma tradição lingüístico-cultural que faz com que, apesar da separação política, seja mantida uma estreita relação até o século XIV entre Portugal e Galiza, bem como até essa época fôsse mantida a unidade lingüística na área galaico-portuguesa

Portugal e Galiza produzem uma poesia lírica modelar e, nos séculos XIII e XIV, os cancioneiros galaico-portugueses contêm obras de leoneses e castelhanos, que escreveram suas cantigas nessa língua. É a língua galego-portuguesa o veículo de expressão da poesia lírica na época. No século XIV, a influência dessa lírica reflete-se no castelhano, por meio da entrada de muitos lusismos (coita, coitado, ledo, alguien, enfadar, etc.).

O castelhano adquire solidez durante o *período pré-clássico*, que vai de 1475 a 1525. A unificação lingüística vê-se favorecida pela difusão da imprensa, pela união dos reinos de Castela e Aragão, através do casamento dos reis católicos, que finalizam a reconquista em 1492, derrotando os árabes e recuperando Granada. Nesse mesmo ano, dá-se o descobrimento da América por Cristóvão Colombo, um empreendimento da coroa espanhola, que geraria, entre outros tesouros, a sua expansão lingüístico-cultural.

Em 1492 também é publicada a *Gramática Castellana*, escrita por Antonio Nebrija, o primeiro tratado formal de uma língua neo-românica, ao qual se

sucederam muitos outros, nesta e nas demais línguas desta mesma família, no intuito de sistematizar a língua. Em 1536, é publicada a *Grammatica da lingoagem portuguesa*, de F. de Oliveira, seguida, em 1540, pela *Gramatica da lingoa portuguesa* de J. de Barros.

De fundamental importância foi também, a princípios do século XVII, o aparecimento, do primeiro dicionário pensado desde e para um romance hispânico, o *Tesoro de la lengua castellana o española*, escrito por Sebastián de Covarrubias, em 1611.

Nesse momento, desaparece no espanhol a alternância gráfica de *t* e *d* finais, e tornam-se pouco vistas formas com *d*. Na literatura continua havendo o uso de *f* inicial (*fablar*, *fermosura*), mas já é muito geral o *h* inicial, que passa a dominar entre 1500 e 1520.

Quanto à alternância *y/e*, entre 1500 e 1520, opta-se por *y*. A alternância *non/no* viu-se solucionada, algumas décadas antes, com a opção pelo *no*. Há vacilações de vocalismos. Na morfologia emprega-se igualmente *vos* (*darvos*, *vos despierta*) ou *os* (*daros*, *os despierta*). Torna-se pouco freqüente o uso do artigo com o adjetivo possessivo fora da fala popular. Castela não pronunciava o /h/ aspirado, confundia /b/ e /v/ e produzia o ensurdecimento das sonoras, com as conseqüentes inseguranças gráficas entre: *z* e *c*, *ç*, *-s-* e *-ss-*, *g*, *j* e *x*.

Nas relações lingüístico-culturais entre Portugal e a Espanha ocorrem alterações significativas, como reflexo do panorama político da época. Em Portugal, o Cancioneiro de Resende contém obras castelhanas de autores portugueses, ao contrário do que tinha ocorrido até o século XIV. Os vínculos com a Espanha são estreitos: Gil Vicente, Sá de Miranda, Camões, Rodrigues Lobo e Melo praticam o bilingüismo.

A pronúncia antiga do espanhol, que vai até o século XII, apresenta, como já comentamos anteriormente, uma maior proximidade em relação ao português pela maior participação de fonemas sonoros, pela distinção entre /b/ e /v/, pela conservação do ditongo decrescente [ej], pela vocalização do /l/ interior seguido de consoante e pelo /f-/ inicial (com freqüente omissão a partir do século XI).

A evolução do castelhano acaba por enveredar num ensurdecimento das sibilantes medievais, questão explorada por Cabrera Morales (1992), que se refere ao fato de que durante toda a época medieval faz-se a diferenciação entre surdas e sonoras, e que é com Alfonso X que fica consolidada a diferenciação gráfica correspondente. Cabrera Morales (1992) confirma-nos que podem ser detectados indícios de ensurdecimento que afetavam especialmente o par /s/ e /z/, a partir da segunda metade do século XIV e no século XV.

A mudança radical do consonantismo marcou a passagem no castelhano do sistema fonológico medieval ao moderno, e é entre a segunda metade do século XVI e a primeira do XVIII, que as transformações gestadas desde a idade média se cristalizam, tornando-se pleno o processo de ensurdecimento dos fonemas /z↔/ (grafia z), /z*/ (-s-) e /ž/ (g,j), que passaram a ser confundidos com os surdos

correspondentes. As confusões geradas na escrita por esse consolidado ensurdecimento foram contornadas a partir da reforma ortográfica efetuada pela Real Academia Espanhola em 1815.

O conhecido *século de ouro espanhol* frutificou na literatura com a maturidade de uma língua estabelecida, com a consciência lingüística a florada. Além mar, também o espanhol experimentava a sua expansão: em território americano a língua estabelecia-se e adaptava-se às condições locais

A península ibérica viveu anteriormente o empreendimento da reconquista das terras em poder dos muçulmanos, o que propiciou uma possibilidade de crescimento de vários reinos: o português, o castelhano-leonês e o catalão-aragonês. Com isso os interesses da monarquia e da aristocracia feudais viam-se atendidos.

A sociedade da época era pluralista, formada por católicos, judeus e árabes, que permaneceram quase sempre nos territórios reconquistados, segundo Saraiva (1991), tendo que pagar altos impostos e, muitas vezes, tendo que aparentar uma fé que não tinham.

O acirramento de uma postura católica fanática produziu o culto à aparência: Portugal era “um país onde grande parte da população teria de viver e parecer o que não era e a tentar esconder-se da morte clamando uma fé que não tinha” (Saraiva, 1991:81), o que vemos testemunhado também na literatura espanhola, pois a situação não deixava de ser a mesma. Culmina o radicalismo com a expulsão dos mouros e judeus, ao final do século XV, tanto em Portugal quanto na Espanha.

As relações entre Portugal e a Espanha guardam conflitos na tentativa de domínio que esta procura exercer, bem como semelhanças pelo fato de serem ibéricos e professarem a mesma crença religiosa. Assim arma-se um jogo no qual Portugal procura manter a sua identidade própria, a sua soberania. Segundo Saraiva (1991), num início são os interesses do monarca e da aristocracia feudal que definem os rumos da política portuguesa, mas com o passar do tempo é a voz do povo que se levanta direta ou indiretamente.

A política sucessória faz com que Portugal volte a estar sob a ameaça do domínio espanhol várias vezes, isto quase sempre com o apoio da aristocracia feudal que defendia o que fosse mais conveniente aos seus interesses.

O século XVI traz os reflexos ao panorama cultural de Portugal do crescimento experimentado pelo país através da política expansionista levada a cabo: Gil Vicente, Bernardim Ribeiro, Sá de Miranda, António Ferreira, Camões, e muitos outros. “Os descobrimentos transformaram o pequeno Portugal numa nação mundial, porque a atividade dos portugueses passa a ter por teatro o mundo...” (Saraiva, 1991:185). Camões, através de *Os Lusíadas*, publicado em Lisboa em 1572, torna-se o baluarte da consciência épica portuguesa.

Portugal, apesar dos territórios conquistados além-mar e apesar da efervescência cultural experimentada, volta a viver o dilema sucessório e, em abril de 1581, Felipe II da Espanha torna-se seu rei e jura obedecer aos estatutos que garantiam certa autonomia ao país recém incorporado, condições cumpridas no primeiro período, que vai de 1580 a 1620.

O segundo período vai de 1620 até a restauração, em 1668, coincide com a

mudança da política espanhola que, segundo Saraiva (1991), no intuito de conseguir a unidade política, procura eliminar as semi-independências existentes.

À censura inquisitorial soma-se a censura do governo espanhol ao que pudesse representar algum tipo de patriotismo. Mais uma vez a essência portuguesa manifesta-se através da lírica, e o passado apregoa o sentimento pátrio nos versos de *Os Lusíadas*, a obra mais lida em todo o século XVII. Soma-se a este quadro o patriotismo lingüístico:

“Com o patriotismo histórico está intimamente relacionado o patriotismo lingüístico. O idioma, falado ou escrito, não é visto como simples meio de comunicar, mas como um tesouro que deve ser cultivado. É certo que muita gente fala e escreve em espanhol; durante o período filipino, o português continuou a ser a língua oficial, mas a fala dos dominadores não deixou de se impor e o bilingüismo foi moeda corrente, mesmo entre o povo de Lisboa...” (Saraiva: 1991,222).

Traçado este breve panorama histórico podemos compreender o fato de que muitos escritores portugueses de renome tivessem escrito nas duas línguas, como já mencionamos anteriormente. Também se capta através desse inter-relacionamento tão estreito entre a Espanha e Portugal, bem como da fertilidade das letras portuguesas nesse período, o porquê da entrada de lusismos no léxico espanhol da época e o status dado nos meios mais refinados à citação de autores

portugueses. A soberania reconquistada por Portugal em 1643 contribuiu para que o país limitasse as interferências do espanhol no português.

Neste período considerava-se na Espanha de bom tom utilizar o português para fazer alguma citação de Camões e, inclusive, a referência a certos estados de alma, que se considerava mais bem retratados através da língua portuguesa, ou de algum empréstimo lingüístico dela proveniente. Sem dúvida, refletia-se nessa postura do espanhol frente ao português o reconhecimento do *século de ouro da literatura portuguesa*, experimentado durante o *século XV*:

“Durante a época dos Aústrias o português foi de bom tom na Espanha; damas e galãs vangloriavam-se ao adornar alguma conversa com uma citação de Camões, e o português era considerado o protótipo do apaixonado platônico. À vida da corte espanhola pertencem os lusismos *sarao* e *menino*, e à sentimental o significado de ‘melancolia’ ou ‘recordação’ que o castelhano *soledad* tomou freqüentemente por influência do português *saudade*. A nostalgia subjaz também em *achar menos* ‘notar a falta de alguém ou de algo’, transformado pelos espanhóis em *echar menos* e mais tarde em *echar de menos*.”(Lapesa, 1997: 411).

Na península, o espanhol exerceu forte influência nas zonas onde se falavam outros idiomas. Portugal consegue conservar o português graças, segundo Lapesa (1997), entre outros fatores, ao florescimento de sua literatura clássica nos

decênios que precederam a sua anexação à Espanha em 1580 e, mais tarde, graças à separação política em 1643.

Esse período em que Portugal esteve unido com Castela propiciou a entrada de castelhanismos no plano léxico relacionados, segundo Lleal (1990), principalmente com a literatura e o teatro, que se refletiam em terras portuguesas (picaresco, sainete, bobo, lhaneza, pundonor), bem como com a vida política (pronunciamento, intentona, cabecilha, liberal).

Com a sua autonomia política Portugal reduziu as interferências do espanhol no português e deixou fluir as evoluções lingüísticas nascidas na região centro-sul do país, sacramentando-as como norma culta.

Pode-se observar quanto às obras ortográficas que têm lugar em Portugal, que obedecem claramente a critérios etimológicos, ao contrário do que ocorre na Espanha, que se orienta pelo critério fonológico (com exceção da onda cultista e de critérios latinizantes, experimentada durante o século XVIII).

A grafia em língua portuguesa teve, entretanto, o chamado período fonético, coincidente com a fase arcaica do idioma e que se estendeu até o século XVI. Esse período foi caracterizado pelas alternâncias gráficas, na tentativa de aproximação à língua oral, em alguns casos havendo, inclusive, a adoção da grafia castelhana. Sem o estabelecimento de um padrão na transcrição, marcada pela presença das variações dialetais que emolduravam a sociedade portuguesa, este é um período de extrema instabilidade, no qual se forjava a identidade da língua.

A partir do século XVIII, têm predomínio os critérios latinizantes. É o chamado período pseudo-etimológico, que tem início no século XVI e vai até o

ano de 1904. Neste período recuperam-se grafemas que dificultam a compreensão ou não têm qualquer função para marcar a pronúncia. Coutinho (1976:76) manifesta-se em relação a esta postura etimológica da seguinte forma:

“Além da dificuldade que acarreta na prática, por exigir do escriba o conhecimento de vários idiomas, é este sistema por natureza anacrônico, assinalando um divórcio total entre a língua falada e a escrita”.

No final do século XVIII surge o primeiro Dicionário da língua portuguesa, de Morais Silva, publicado em 1789, o que representa mais um avanço para a consolidação da língua, proprietária a partir de então de um inventário léxico organizado.

A publicação da Nova Ortografia de Gonçalves Viana faz com que, a partir de 1904, se inicie o período simplificado, que compreende segundo esse autor dois sistemas simplificados: o português e o luso-brasileiro. Obtém-se certo valor preceptivo a partir dessa obra, que norteia a reforma da ortografia para Portugal e suas colônias em 1911, reforma duramente criticada por Fernando Pessoa que defende a escrita etimológica como um fator de identidade cultural e diferenciação em relação ao espanhol:

“a necessidade de marcar de todos os modos a nossa separação de Espanha (a escrita espanhola é basicamente fônica), a nossa íntima dessemelhança com ela”.(Schwartzman, 1999).

Sabe-se da importância de se estabelecer um trabalho em prol da unidade

do português. No início deste século também a Academia Brasileira de Letras tinha se definido pela simplificação do sistema vigente, em função de uma série de estudos que enfocavam a realidade lingüístico-cultural brasileira, e que a levaram a propor uma reforma em 1907 e outra em 1929.

Finalmente, é celebrado um acordo em 1931 entre a Academia Brasileira de Letras e a Academia de Ciências de Lisboa. As reformas realizadas, a partir de então em comum acordo, contribuíram para o intercâmbio entre Portugal, Brasil e os outros países luso-falantes.

Ferreira (1996:9) relata-nos que a preocupação com a língua se reflete na criação da Comissão Nacional da Língua Portuguesa em 1986, que reverteu num maior fortalecimento da unidade do português através de um acordo com o Brasil sobre a reforma ortográfica, que após revisão pela Academia de Ciências de Lisboa, aceita pela Academia Brasileira de Letras em 1989, foi assinado pelo Brasil em 1995.

Imperialismos temidos... Metrôpoles que tratam de explorar... Mas a cultura tem sido a moeda mais forte e a língua tem permeado vivências e construído uma civilização na península ibérica: espanhóis, portugueses e demais povos irmãos no destino, nem sempre nas armas... Num novo mundo repete-se a presença de espanhóis e portugueses... Uma nova história com uma mesma língua diferente ao permear vivências e construir novos elos...

Lleal Garcerán (1990) aponta que na diferenciação da modalidade peninsular e da americana interveio um conjunto de fatores, tanto lingüísticos como extra-lingüísticos, e enumera alguns deles:

"a situação política, econômica, social e cultural da população indígena durante o período de conquista, e da população colonizadora ao longo do período colonial; os ideais lingüísticos durante o século XIX, ou seja, a valorização da própria língua e da norma de correção durante o processo de independência; a evolução posterior dos países hispano-americanos (processo de industrialização e fenômenos migratórios) e, finalmente, o estado das inter-relações comunicativas das diferentes zonas americanas entre sí, e do seu conjunto com a antiga metrópole."

Steel (1990) considera que o espanhol da América tem sofrido consideráveis mudanças após os quinhentos anos de sua descoberta. Cria algumas categorias de palavras em sua descrição dessa variante: americanismos de frequência (embora não sejam desconhecidos na Espanha são de alta frequência de uso na América Hispânica); palavras que, ainda que originadas numa área da América Hispânica tenham se propagado e passado a fazer parte do espanhol peninsular ou de outras línguas; um certo número de americanismos sintáticos e morfológicos, além de um pequeno número de abreviaturas, acrônimos e símbolos.

Os neologismos ou palavras de origem hispano-americana derivam muitas vezes das línguas nativas existentes na época do descobrimento (observe-se o clássico estudo apresentado por Henriquez Ureña), ou de uma relação com as

línguas que se superpuseram nesse processo (italiano, português, africano, inglês, etc.).

Outras vezes, há formas com boa frequência de uso na América Hispânica que se apresentam como formas arcaicas no espanhol peninsular e que se explicam como uma manutenção do que se usava no momento do descobrimento e colonização, portanto têm uma explicação diacrônica. Isto também nos leva a entender que determinadas oscilações que se apresentavam naquela época tenham resultado em distintas soluções no espanhol da América e no espanhol peninsular.

Moreno de Alba (1995) enumera como fenômenos de origem andaluza a aspiração do h, a confusão de -r e -l implosivas, e o n velar que tem uma geografia coincidente com a aspiração ou perda do -s implosivo ou em final de sílaba. Aponta também o yeísmo como um dos mais importantes fenômenos fonológicos no espanhol americano, ou seja a nivelção (desaparecimento do / /, cuja distinção frente a /y/ tinha se mantido ao longo do século XVI), declarando que esse fenômeno se estendeu da Andaluzia para boa parte da Espanha e para a América.

Porém outros autores sustentam uma posição anti-andaluzista quanto ao yeísmo, como é o caso de Henríquez Ureña e Amado Alonso (1962), que localiza o fenômeno na América Hispânica com um século de anterioridade em relação ao yeísmo andaluz. Lope Blanch (1967:40) tem essa mesma posição:

“A Andaluzia foi provavelmente a primeira em realizar o yeísmo dentro da Espanha, mas o yeísmo das outras regiões

não é extensão do andaluz... Logo, o fenômeno na América é autônomo...” (Lope Blanch, 1967:40).

Assim como ocorre em relação ao espanhol da América, há duas hipóteses interpretativas sobre o português do Brasil (doravante PB) que apresentam, segundo Castilho (1992), duas posições antitéticas: uma modalidade conservadora, que reflete o falar quinhentista trazido pelos colonizadores e uma modalidade inovadora, que proclama o distanciamento a passos rápidos do português de Portugal (PP). As características fonéticas do PB manifestam-se, segundo esse autor, da seguinte forma: a) no fechamento da vogal média átona final (-e>-i, o > u, como em fáli, fálu por fale, falo), pronúncia que foi corrente em Portugal até o séc.XVIII; b) na pronúncia do ditongo ei como [ej] em lei, e como [e] em primeiro; ou soa como [o] em vou, ouro. O Brasil não acompanhou Portugal em sua pronúncia [aj] de primeiro, [ãj], inovações ocorridas no séc. XIX; c) no rotacismo de l travador de sílaba (marvado por malvado) na variedade de sujeitos não escolarizados; d) Supressão de -r final de sílaba: falá, come; e) na iodização da palatal [x] (muié, fiyo) na variedade não escolarizada.

Tessyer (apud Castilho,1999:246) aponta o inovadorismo do Português do Brasil, quanto às suas características fonológicas e características gramaticais. As características fonológicas do PB, segundo Castillo (1999) incluem: a) não oposição de timbres aberto a timbres fechados da vogal *a* seguida de nasal: cf. PB - presente e pretérito: cantamos; PP - presente: cantamos/ pretérito cantamos; b) nas vogais *a – e – o*, em sílaba pretônica, não oposição de um timbre aberto a um

timbre fechado. Assim, não distinguimos, como no PP, pregar (um prego) e prègar (predicar); c) semivocalização do –l, ex.: animau por animal, com [l] velarizado. d) ditongação da vogal tônica final seguida de –s, –z: atrás, dito atrásis, luz, dito luis; e) palatalização de /t/ e /d/ seguidos de vogal média anterior: tio [tíju] e mesmo [tΣiju], diferença [diferensa].

O distanciamento produzido em relação ao PP, pela manutenção de características fonéticas quinhentistas que na península passam por inovações, bem como as características próprias desenvolvidas no PB, fazem com que ao interagirmos, nós brasileiros, com os povos hispânicos, tenhamos facilidade para compreendê-los, ao passo que tenhamos que realizar um esforço maior para compreender o PP.

Posner (1996:261) relata que os portugueses não tem dificuldade para compreender a variedade brasileira, haja visto o sucesso de nossas telenovelas em Portugal e “que os portugueses se consideram adaptáveis, rápidos de mente e jeitosos, entendendo facilmente o discurso escrito e falado em espanhol (embora essa compreensão não seja recíproca)”.

Os hispanos, por sua vez, sentem uma dificuldade maior para compreender o PB, dado que o português é mais complexo, tendo-se em vista o caráter inovador do castelhano que caminhou a passos largos para a simplificação do plano fonológico.

Na aprendizagem de espanhol por brasileiros é freqüente a transferência das características fonéticas da LM no início da aprendizagem, em alguns casos esta etapa é superada e obtem-se uma realização próxima à da L-alvo. Em outros

mantêm-se alguns traços próprios da LM, de forma esporádica, demonstrando uma instabilidade na IL, que algumas vezes podem se fossilizar. Poderemos estar observando em como isso ocorre no caso dos nossos sujeitos, no capítulo V.

No PB as transgressões à correção gramatical ocorrem não só ao nível popular mas também nas camadas cultas da população, como se pode depreender das pesquisas realizadas quanto à norma urbana culta – projeto NURC. As inovações presentes nas características gramaticais do PB também afetam a aprendizagem de uma LE tão próxima quanto o espanhol. Tem-se observado, ao longo do tempo, que muitos dos desvios ocorridos na L2 são decorrentes da gramática interior da L1 que o aprendiz possui, das transgressões que o aprendiz opera em sua LM.

A integração econômica estabelecida pelo Mercosul ampliou os nossos horizontes, indicando-nos a necessidade do aprendizado do espanhol por brasileiros, bem como do português por falantes de espanhol. O interesse recíproco pela aprendizagem destas línguas, tão próximas mas com caminhos próprios, levou-nos, neste capítulo, a perseguir as informações que nos revelassem a autonomia e a personalidade de ambas, o processo evolutivo pelo qual passaram ao longo do tempo com os graus de proximidade ou distanciamento e a inter-relação apresentada pelas comunidades detentoras dessas línguas: o português e o espanhol, que também se estabelecem com feições próprias no continente americano.

3- Proto-história do Espanhol e do Português (dos séculos IX ao XII)

Por volta do século IX e X, ocorre o fracionamento do latim peninsular em diversos dialetos românicos. Do século IX ao XII, temos o período que corresponde ao romance primitivo, que chega até nós principalmente por documentos de cartório, em que, por descuido ou para dirimir qualquer dúvida, se acrescentavam termos da língua vulgar

Neste período existe uma oscilação muito grande, o que permite a convivência de diferentes estágios de evolução na língua, podendo-se deformar qualquer termo latino, bem como existindo a possibilidade de que qualquer palavra vulgar possa vir a ser substituída pelo seu equivalente no latim culto. É forte a tendência de moldar as formas latinas à fonética românica.

A invasão árabe , com a presença dos mesmos durante séculos na península (de princípios do século VIII até o final do século XV), resultou em forte contribuição para o léxico (aproximadamente 8% do vocabulário total, no caso do espanhol; e auxiliou no processo de diferenciação do português em relação ao galego pela adoção de vocábulos e/ou normas da antiga zona de ocupação árabe, em que se localizava Lisboa e o sul de Portugal). O léxico de procedência árabe cobre quase todos os campos da atividade humana. Houve uma adaptação das palavras árabes aos vários romances, com os quais interagiu, conforme o exemplificado no quadro 3.

QUADRO 3: FONÉTICA DOS ARABISMOS

ÁRABE	CASTELLANO	CATALÃO	GALEGO-PORTUGUÊS
Ditongo /ai/ al-daia	/e/ aldea	/e/ aldea	/ei/ aldeia
Ditongo /au/ as-saut	/o/ azote	/o/ açot	/ou/ açoute
/nn/ germinadas an-nil an-nafir	/ɲ/ añil añafil	/ɲ/ anyafil	/n/ anil anafil
Influência árabe na transformação do latim, nas línguas românicas	/s/ > /x/ sapone > xabón sucu > xugo		
Influência árabe	Mais al nas palavras espanholas de outra procedência		
Influência árabe	Mais l epentética e sílaba inicial. Amıddŭla > almendra		
Arbutĕu	Troca por l na outra consoante implosiva		Troca por l na outra consoante, que se torna uma fricativa.

	Alborozo		Alvorozo
Terminação í	Passa ao espanhol como parte integrante do adjetivo de origem árabe e, principalmente, como sufixo de gentílicos: Marroquí Bengalí, iraní, paquistaní, israelí.		

Fonte básica dos dados: Lapesa (1997). Adaptação e compilação da

autora.

A península Ibérica teve uma primária distribuição dialetal, assim configurada: ao norte, o galego-português, o leonês, o castelhano, o navarro-aragonês e o catalão; ao sul, os dialetos moçárabes.

Lapesa (1997) aponta-nos o carácter arcaizante do galego-português: “Lingüísticamente o reino leonês carecia de unidade: a franja ocidental estava ocupada pelo **galego, que se prolongava em direção ao sul no futuro Português e era o mais conservador entre os romances da Espanha cristã**” (negrito meu). Esse carácter arcaizante revela-se, segundo Lleal (1990:161), na manutenção dos timbres abertos do /é/ e do /ó/ do latim e uma conseqüente não ditongação (ponte>

[põnte]; servu > [serβo]), na conservação dos ditongos decrescentes sem monotongar (com os resultados [éj] e [ów]), na manutenção do /T-/ (lectu > [léjto]) e redução das consoantes germinadas /LL/ e /NN/ sem palatalizar (capillu>[kabélo]; pannu > [páno]).

Frente aos traços arcaizantes do galego-português já arrolados e mais alguns destacados como elementos comuns a outros dialetos peninsulares (quadro 5), temos três inovações fundamentais neste romance, descritas no quadro 4:

QUADRO 4: INOVAÇÕES FUNDAMENTAIS NO ROMANCE GALEGO-PORTUGUÊS

<ul style="list-style-type: none"> • Queda de /-L-/ e /-N-/ intervocálicos, possivelmente após a absorção da soante por parte da sílaba anterior e posterior nasalização ou vocalização, logo perdidas: [lú/na > lún/a > lú/a], [do/ló/re > dol/ó/re > dow/ó/re > do/ó/re]. Esta é uma inovação exclusiva deste romance.
<ul style="list-style-type: none"> • Palatalização dos grupos consonânticos iniciais /PL-/ , /KL-/ e /FL-/
<ul style="list-style-type: none"> • Metafonia. A evolução do vocalismo galego-português apresentou inúmeros casos de inflexão vocálica, talvez continuidade de antigas tendências indoeuropéias.

Fonte básica dos dados: Lleal (1990). Adaptação e compilação da autora.

Havia traços arcaizantes no galego-português, tais como a manutenção do /f-/ inicial, bem como dos grupos consonânticos /MB/ e /ND/) compartilhados por vários dialetos peninsulares e algumas evoluções, entre outras a palatalização de /LJ/ e a vocalização de /KT/ e /LT/, como se pode verificar no quadro 5.

QUADRO 5: COINCIDÊNCIAS NOS ROMANCES PENINSULARES

(EXCETUANDO-SE CASTELA)

	LATI M	MOÇÁR ABE	GALEGO- PORTUG UÊS	LEONÊS	ARAGON ÊS	CATALÃ O
F em princípio de palavra	falce filiu farina	Fauçil Filyolo/ Filyuelo	Fouce fillo/filho/ fariña/ farinha	Foz fillo/fiyo farina	Falz Fillo Farina	Falç Fill Farina
Grupos /l+ yod/, /c'l/ e /g'l/ davam /l/	muliere ocūlu cunicū u tegūlu	Mulleres Uelyo Konelyo Tella	Muller/ Molher/ Mulher ollo, olho coenllo/ coello/ coelho telha	Muller> muyer Uello> ueyo/ Gueyo Tella > teya	Muller Uello> Guello Tella	Muller Ull Conill tella/teula
Grupo /ct/	Tructa	Truxta	Troita/	Trueita		Truita

Alterações no 1º elem/o sem modificar articulação do /t/	lacte factu	Laxtaire/ Leite	truita/ truta leite feito	Lleite Feito	Leite Feito/feto	Llet Fet
Grupos /sc/, /st+ yod/ resultavam em /š/	Crescit fasce pisce fasciata	Creše Faša	Creixe Feixe Peixe Faixa	 feixe/fexe	Crexe Faxa>faja	Creix Feix Peix Faixa
/mb/ x /m/	mb	/mb/ polombina	/mb/ pomba lombo	/mb/ palomba	/m/ paloma lomo	/m/ coloma llom

1

2

3

4

5

6

(continua)

QUADRO 5: COINCIDÊNCIAS NOS ROMANCES PENINSULARES

(EXCETUANDO-SE CASTELA) - continuação

<p>/ě/, /õ/ acentuados x ditongação</p>			<p>Mantem (amarelo, ceo, horta, porta)</p>			<p>(só ditonga ante yod) cel, porta, fõlia> /fueļa/ . fulla</p>
<p>Ditonga- ção x redução</p>		<p>Subsistia a forma escrita primitiva: Febrair, pandair, kerrai, lauša; Além de /ei/, /ou/ capileira, mouriat</p>	<p>Ditongos /ei/, /ou/ Pandeiro, mouro, cantou</p>	<p>Intermed. do leste ao centro redução – e/o ditongaça o ei/ou</p>	<p>Redução /e/, /o/ Terzero Carnero Amparot</p>	<p>Redução /e/, /o/ Riera Reclosa</p>

<p>Evolução dos grupos iniciais /pl/ /kl-/, /fl-/ 1)Palatalização do /l/ em /x/ (também em Castela) 2)Território galego-português e León – surdas /p/,/k/, /f/ + /λ/ > /ç/ ou /Σ/</p>		<p>Plantain (jarchas século XII) lyorare lyorar</p>	<p>Chan, chao Chousa Chama</p>	<p>Chano, Xano Chosa, xosa Chama, xama</p>	<p>Não altera Plan Clamar Flama</p>	<p>não altera plan clamar flama</p>
<p>Palatal procedente de /g/ ou /j/ latinos</p>		<p>Yenēsta Yerma— nella Yenair</p>	<p>Giesta Janeiro</p>	<p>Ienestares Giermano Genero</p>	<p>Germano Giermano Geitar</p>	<p>Ginesta Germá Gener</p>

iniciais						
ante /e/, /i/						
átonos						

Fonte básica dos dados: Lapesa (1997). Adaptação e compilação da autora.

Castela, uma região constantemente insubmissa, foi unificada por Fernán Gonzalez (970), lutou para conseguir a autonomia, mais tarde a sua independência e, por último, a supremacia na Espanha cristã. O romance castelhano evoluiu, graças ao pouco apego que tinha pela norma culta, o que o libera para assimilar e adaptar as inovações obtidas nas regiões vizinhas: “Com o deslocamento da capital de Amaya para Burgos, supõe-se o triunfo dos traços da zona de repovoamento, mas também a incorporação das inovações da zona de origem e a assimilação de algumas das inovações dos romances vizinhos.”(Lleal, 1990: 167).

QUADRO 6: O CASTELHANO - INOVAÇÕES ASSIMILADAS DAS REGIÕES VIZINHAS

PROVENIÊNCIA	DESCRIÇÃO DO FENÔMENO
A	
Leste da Península	Assimilações: /ai/ > /e/, /au/ > /o/, /mb/ > /m/
Noroeste	Palatalização do /l/ dos grupos iniciais /pl-/, /kl-/ e /fl-/. Posteriormente apresenta uma evolução distinta, suprimindo a primeira consoante.
Centro	Ditongação: /ě/ > /ié/ /õ/ > /ué/

Norte (vascos)	Contribuição para a substituição de /f/ por /h/ aspirado ou omissão
----------------	---

Fonte básica dos dados: Lapesa (1997). Adaptação e compilação da autora.

O distanciamento em relação aos grandes centros culturais da época, libera o castelhano da pressão culta do latim, fazendo com que se mostre inovador (quadro 7): À convergência na adoção de soluções propostas por outros dialetos, soma-se a diferenciação na apresentação de inúmeras soluções próprias, inovadoras, e que o diferenciam do amplo espectro comum.

QUADRO 7: O CASTELHANO – ASPECTOS DIFERENCIADORES EM RELAÇÃO AOS DEMAIS ROMANCES PENINSULARES.

<ul style="list-style-type: none"> • Passagem do /f/ inicial ao /h/ aspirado ou na perda do /f/
<ul style="list-style-type: none"> • Supressão de /g/ e /j/ iniciais ante /e/, /i/ átonos
<ul style="list-style-type: none"> • Os grupos /sc/ e /st + yod/ resultavam em /ts/ (haça, açada, antuçano) em vez de /Σ/, que era a situação dominante em toda a península
<ul style="list-style-type: none"> • Os ditongos /ué/, /ié/ separavam o castelhano do galego-português, catalão e moçárabe, mas o /o/ em noche, poyo, ojo, hoja – distinguíam-no do leonês, do aragonês e do moçárabe central, pois no castelhano o yod impedia a ditongação.
<ul style="list-style-type: none"> • O /x/ de llamar, llover, llama contrastava tanto com os grupos intactos clamar, ploure, flama, plantain, do aragonês, catalão e moçárabe, Quanto com os resultados /c/ e /Σ/ dos galego-portugueses e leoneses.
<ul style="list-style-type: none"> • Os grupos /kt/ e /(u)lt/, que em outros romances detivera-se na vocalização,

com o resultado jt, no castelhano avança no seu processo evolutivo, com uma articulação cacuminal da semi-consoante e uma posterior palatalização do grupo: [jt>j^ot>t^l].

- No grupo /sk^{e.i}/ foi produzida a absorção da sibilante, tendo o conjunto passado a evoluir como /k^{e.i}/, diferenciando-se dos demais romances hispânicos.(asciata>[atsáda])

Fonte básica dos dados: Lapesa (1997) e Lleal (1990). Adaptação e compilação da autora.

O castelhano distinguiu até o século XII fonemas que, mais tarde, foram confundidos ou substituídos por novos, numa simplificação crescente do sistema lingüístico existente até então, marca do processo de evolução lingüística.

A pronúncia antiga do espanhol apresenta uma maior proximidade em relação ao português, pela maior participação de fonemas sonoros.

Também ocorre nesse período uma maior identidade pela distinção entre /b/ e /v/, conservação do ditongo decrescente [ej], vocalização do /l/ interior seguido de consoante e o /F-/ inicial (nota-se desde o século IX a tendência a omiti-lo, omissão que se torna muito freqüente a partir do século XI), a oscilação entre e/y e entre non/no, que, a inícios do século XVI, define-se pelos segundos membros dessa alternância, distanciando-se então mais o espanhol do português.

QUADRO 8: PRONÚNCIA ANTIGA DO ESPANHOL (até o séc.XII)

<p>A grafia x correspondia ao fonema /Σ/</p>	<p>De <i>ximio, baxo, exido, axuar</i>, que se pronunciava como no asturiano <i>Xuan</i>, no gal.-português <i>peixe</i>, ou no catalão <i>mateix, xic</i>; representava, pois, o fonema prepalatal fricativo surdo /Σ/</p>
<p>As grafias g, j ou i correspondiam aos fonemas /dZ/ ou /Z/</p>	<p>De <i>gentil, mugier, jamás consejo ou conseio, oreja u oreia</i>. Correspondia ao fonema prepalatal sonoro “rehilado”, de articulação originariamente africada /dZ/, que se tornou fricativo /Z/, como hoje no português <i>janela</i> e no catalão <i>ajudar</i>.</p>
<p>As grafias c antes de e ou i, bem como ç ante Qualquer vogal, correspondiam ao fonema /ts/</p>	<p>De <i>cerca</i> ou <i>çerca, braço</i>. Correspondiam ao fonema /ts/ dental africado surdo.</p>
<p>A grafia z correspondia ao fonema /dz/</p>	<p>De <i>fazer</i>, <i>razimo</i>. Representação no espanhol antigo do fonema dental africado sonoro /dz/.</p>
<p>Grafia s e ss</p>	<p>De <i>rosa, prisión</i>. Correspondiam ao fonema ápico-alveolar fricativo sonoro /z/. Em princípio de palavra ou depois de consoante em posição interior como em <i>señor, pensar</i> e –ss- entre vogais como</p>

	<i>passar, esse, amasse</i> . Representavam o fonema áptico-alveolar fricativo surdo /s/
Grafia b e v, correspondendo aos fonemas /b/ e /v/	De <i>cabeça, embiar, lobo, huebos, boto</i> . Correspondiam ao fonema bilabial oclusivo /b/ . De <i>cauallo</i> ou <i>cavallo, auer</i> ou <i>aver, hueuos</i> ou <i>huevos</i> . Correspondiam ao fonema fricativo de articulação bilabial[h] ou labiodental [v], segundo as regiões.

Fonte básica dos dados: Lapesa (1997). Adaptação e compilação da autora.

Durante o reinado de Alfonso VI, mais especificamente no ano 1085, Castela consegue retomar Toledo, com a colaboração dos moçárabes que ali viviam. Os reis realizaram um pacto de respeito às propriedades e crenças da população residente naquele local. Lleal (1990:199) assinala: “Desde o final do século XII, tanto os portugueses quanto os castelhano-leoneses e os catalão-aragoneses tinham conseguido conjugar os interesses da aristocracia feudal com os da monarquia, transformando a ânsia expansiva dos feudais numa guerra de conquista contra os musulmanos, convertidos em inimigos da religião...”

Com a morte de Alfonso VI, o condado de Portugal, zona situada ao sul do Minho, passa para a sua filha Teresa, casada com Enrique de Borgonha, nobre franco, que havia participado na tomada de Toledo. Este começa a liderar um movimento pela independência de Portugal, mas é só na época de Afonso Henriques, seu filho, que se concretiza este ideal. É proclamado rei em 1143, chegando os limites do reino até o sul do Tejo.

4- Época Histórica Antiga do Espanhol e do Português (do séc. XII ao XVI).

A partir do século XII a Reconquista progride consideravelmente. Portugal estende-se para o sul com a incorporação de Lisboa (1147), Beja e Évora (1166). A meados do século XIII Portugal estende-se até o Faro, chegando às dimensões (pouco modificadas) que tem na atualidade. Lleal (1990:125) comenta: “A conquista de Lisboa, a grande cidade moçárabe, fez com que o centro do novo reino se deslocasse para o sul e se distanciasse do núcleo galego primitivo. Separação que também teria importantes conseqüências lingüísticas.”

A diferenciação entre o galego e o português começa a ocorrer a partir da segunda metade do século XII, pela presença de moçarabismos na Lusitânia reconquistada pelos portugueses, e a conseqüente adoção de critérios lingüísticos distintos.

Tendências consideradas vulgares no norte passaram a ser bem conceituadas nessa zona moçárabe, enquanto que as do norte eram consideradas arcaísmos ou regionalismos. Caminhos lingüísticos diferenciados passaram a ser trilhados por galegos e portugueses, o que se manifestou ao longo do tempo.

Contudo, isso não foi tão de imediato, pois havia uma considerável bagagem em comum, principalmente no que diz respeito à produção lírica, às cantigas trovadorescas, e a toda uma tradição lingüístico-cultural, o que fez com que, apesar da separação política, fosse mantida uma estreita relação até o século XIV, bem como até essa época tivesse se mantido a unidade lingüística na área galego-portuguesa.

No período que vai dos séculos XI a XIII, a Espanha promove um apoio da imigração de além Pirineu, devido aos enlaces matrimoniais entre reis espanhóis e princesas da França. Ocorre também um repovoamento de zonas reconquistadas na luta contra os mouros, com população de origem francesa. Esta imigração influencia a língua espanhola da época na incorporação de *estrangeirismos* com final consoântico duro (ardiment, arlot, duc, franc, tost), e apócope do /-e/ final após consoante (noch, dix, recib, mont, part, allend). À apócope da vogal final soma-se um ensurdecimento da consoante precedente (/v/ final > /f/ - nube>nuf; nueve>nuef; nave>naf; ove>of; /Z/ > /Σ/ - homenaje>omenax; /g/ > /k/ - Rodrigo>Rodric; Diago>Diac).

O mesmo ocorreu em Portugal durante o século XIII. A presença dos franceses, quer através das peregrinações a Santiago de Compostela, quer pela participação em zonas de repovoamento ou acompanhando a dinastia dos Borgonha, influenciou na apócope do –e átono final, que teve lugar depois de sonantes e sibilantes alveolares /l/, /r/, /n/, /s/ e /z/, e afetava também as formas verbais (val, fiz, etc).

Na 2ª metade do século XIII inicia-se, na Espanha, a *época alfonsina*. O reinado de Alfonso X vai de 1252 a 1284. Esse monarca espanhol, de cognome o rei sábio, promoveu uma intensa atividade científica e literária. A tradução de obras escritas originariamente em línguas orientais era realizada por uma equipe de tradutores, composta por judeus e cristãos que, conjuntamente, se ocupavam de verter para o castelhano, fazendo com que este romance ganhasse um significativo corpus literário e o subsequente prestígio que decorre dessa produção, além de

consolidar-se como uma língua neo-latina, função que já cumpria como instrumento de comunicação, na fala do povo, mas que então floresce como sistema, a língua utilizada para fins literários e desígnios oficiais.

O castelhano medieval apresentava cinco fonemas simples (/a/, /e/, /i/, /o/, /u/) e dois ditongos (/jé/ e /wé/) em posição tônica. Em posição final só o /a/, /e/ e /o/ poderiam estar. A apócope estrangeirizante e os amálgamas fonéticos de palavras distintas (quemбло - ‘que me lo’; nimbla – ‘ni me la’; mayuntasse – ‘me ayuntase’) são ocorrências freqüentes a princípios do século XIII. No combate a essas tendências, que se instalaram na língua por influência francesa, o rei sábio promove a adição ou reposição da vogal eliminada, bem como o respeito à palavra como unidade.

Ainda há, no período alfonsino, uma oscilação no uso ou não da apócope: vien/viene; tien/tiene; diz/dize; faz/faze; fiz;fize; quier/quiere. Porém, o prestígio da produção alfonsina e da norma toledana gera frutos e, em 1390 ou 1400, há o restabelecimento do /-e/, salvo quando acompanhava as consoantes finais *d, l, n, r, s* ou *z*.

Os escritos alfonsinos estabelecem normas para a grafia valendo-se de uma base fonológica, normas estas que prevalecem até o século XVI. Portanto, o sistema consonântico apresentava-se representado graficamente de modo a registrar as oposições fonológicas que se davam naquele período.

**QUADRO 9: SISTEMA CONSONÂNTICO DO CASTELHANO NO
PERÍODO ALFONSINO**

<ul style="list-style-type: none">• Diferenciação na norma toledana entre /b/, labial interrupto sonoro, procedente de /B-/ inicial ou de /-P-/ intervocálico latino (representado por b) e /B/, labial contínuo sonoro, procedente de /V/ ou de /-B-/ intervocálico latino.
<ul style="list-style-type: none">• O /F-/ inicial latino manteve-se graficamente representado por f, embora já fosse freqüente no século XIII e XIV a realização dos alófonos /f/ ou /h/, segundo as regiões ou estratos sociais que estivessem falando o castelhano.
<ul style="list-style-type: none">• No âmbito das dentais, a oposição entre uma surda e uma sonora, /t/ e /d/, manteve-se até o final do século XIII. A partir do século XIV, há uma tendência à neutralização.
<ul style="list-style-type: none">• A oposição entre uma africada dental surda /ts/ e o seu correspondente sonoro /dz/ era relativamente recente. No século XII, surgem as primeiras tentativas de diferenciação gráfica com copete para a variante surda, e z simples para a sonora. O ç foi utilizado graficamente pelo corpo alfonsino de tradutores e escritores como a representação para o fonema surdo /ts/, e o z para o sonoro /dz/.
<ul style="list-style-type: none">• Nas sibilantes alveolares, mantinha-se a oposição entre uma apico-alveolar fricativa sonora e outra surda /s/ e /z/, respectivamente. Oposição neutralizada em posição final, mas sempre mantida em posição intervocálica, representada por /-s-/ ou de /-ss-/.
<ul style="list-style-type: none">• Entre as palatais, o sistema alfonsino refletia a existência de um fonema africado surdo /tʃ/ e dos fricativos surdo /ʃ/ e sonoro /ʒ/. Neste sistema havia dois

alófonos de /Z/: /dZ/ e /Z/, o primeiro em posição inicial e o segundo em posição interior (procedente de /LJ/, /L'L/ e /G'L/). Graficamente era representado por i ou j, indiferentemente. O fonema /Z/ opunha-se ao fonema surdo /Σ/, procedente de /KS/ do latim e representado sistematicamente pela grafia <x>.

- No âmbito das velares existiam dois fonemas, um k surdo /k/ e outro sonoro /g/, representados com as grafias de <c> diante de a, o, u ou <qu> diante de e, y e g diante de a, o, u ou <gu> diante de e,i, grafias que chegam até os nossos dias.
- Como elementos marginais funcionava uma série de nasais, opostas pelo ponto de articulação (uma labial /m/, outra alveolar /n/ e outra palatal /ɲ/), e uma série de líquidas: vibrante simples /r/ ou múltipla /rr/; lateral alveolar /l/ ou o palatal /ʎ/.

Fonte básica dos dados: Lleal, 1990. Adaptação e compilação da autora.

Neste período são introduzidos cultismos no castelhano com equilíbrio. Quando possível, são utilizadas palavras romances, que se introduzem como sinônimos das latinas, às quais se faz referência direta.

Alfonso X usa o galego-português como língua lírica, mas o castelhano contará durante o seu reinado com uma vasta produção em prosa. Além do significativo poder político que o reino castelhano tem em suas mãos (com a anexão do reino de León -desde Fernando III- e Galiza, que se via unida a León), Alfonso X toma a decisão de que nas cortes se utilize unicamente o castelhano, e o eleva ao estatus de língua oficial empregada nos documentos reais que circulavam pelos três reinos.

Em Portugal, a partir de 1255, no reinado de Alfonso III, ocorre a adoção do romance português como língua oficial. Neste período, portanto, são estabelecidas normas, é realizada uma seleção de variantes e a adoção de grafia, para responder o português como língua nacional. Em 1290 é criada a Universidade, o que também representa um passo importante para o desenvolvimento das letras em Portugal.

Na zona galega há grafias múltiplas pela ausência de um padrão lingüístico, em decorrência, como podemos observar, de sua situação política. O quadro esboçado permite-nos vislumbrar caminhos distintos no futuro, para o galego e para o português, que já na idade média se configura conforme o mapa 5.

A caracterização do sistema fonético galego-português apresenta-nos, neste momento, confluências e evoluções distintas, marcadas já pelos caminhos políticos traçados por estes povos. Maia (1986:519) observa, ao analisar documentos do século XIII ao XIV: “É notório o menor grau de conservadorismo e a mais acentuada estabilização da língua dos documentos portugueses, aspectos que contrastam com o maior grau de instabilidade e flutuação que caracterizava os documentos da Galiza.” Mas ainda estavam sendo gestadas as transformações que só mais tarde, acentuadas pela trajetória política tomada, definiriam a separação do galego e do português.

**QUADRO 10: SISTEMA FONÉTICO DO GALEGO-PORTUGUÊS
(SÉC.XIII e XIV)**

VOCALISMO	CONSONANTISMO
<ul style="list-style-type: none"> • Conservação do sistema românico comum, de sete elementos, com dois graus de abertura /é/ - /ê/ e / / - /ó/, tornando-se diferente dos demais romances peninsulares pela ausência total de ditongação das vogais médias abertas em posição tónica. 	<ul style="list-style-type: none"> • A norma culta portuguesa conservou a diferença entre /b/ e /B/, as duas labiais sonoras, provavelmente com uma articulação labiodental para a Segunda.
<ul style="list-style-type: none"> • Metafonia – passagem de /E/ e de / / a /e/ e /o/, respectivamente (s gru > sógru > sógro). 	<ul style="list-style-type: none"> • Grupos iniciais /-PL/, /-KL/ e /FL-/ deram lugar a uma africada palatal surda /tʃ/, com grafia <ch>. <ul style="list-style-type: none"> Plana > chãa Clausura > chousura Afflare > achar
<ul style="list-style-type: none"> • A inflexão por yod procedente de /nt/ e de /ult/ era particularmente intensa na zona portuguesa, enquanto que se dava só esporadicamente em Galiza. 	<ul style="list-style-type: none"> • Os grupos /DJ/, /GJ/, /G^{e.i}/ e /SJ/ evoluíram numa africada palatal sonora [dʒ]. A desafricação era mais freqüente em posição intervocálica, onde apareciam sempre realizações

	<p>fricativas ‘rehiladas’ [Z] ou sem ‘rehilamiento’ [j]: jornal, geeral, oge, payo, ygreja.</p> <ul style="list-style-type: none"> • A meados do séc. XIII há um fonema palatal sonoro [Z] ou [j]. • Ao norte do Minho iniciou-se, nesta época, uma tendência ao ensurdecimento deste fonema palatal que confluiria com /Σ/, representado graficamente por x.
<ul style="list-style-type: none"> • /E/ em contato com uma palatal (/Σ/, /Z/, /x/ ou /j/) tendeu a fechar em /e/. Na Galiza isto ocorre no século XIII, enquanto que em Portugal, provavelmente no século XIV. 	<ul style="list-style-type: none"> • Queda do /-L-/ e /-N-/ intervocálicos. Evolução irradiada desde o norte, mas logo assumida no centro e sul de Portugal.
<ul style="list-style-type: none"> • Tinha se produzido de forma geral o descenso das vogais altas, sendo possível como átonas finais apenas /-a/, /-o/ e, em menor medida, devido à sua freqüente apócope /e/. 	<ul style="list-style-type: none"> • Os grupos latinos /TJ/, /KJ/ e /K^{e.i}/, como nos demais romances peninsulares tinham confluído nas africadas pré-dorsoalveolares /ts/ e /dz/. Na Galiza há a manutenção do yod destes grupos (<i>pacio</i> frente a

	<i>paço</i> em Portugal).
<ul style="list-style-type: none"> • Apócope do –e final foi anterior à perda do /-l-/ e do /-n-/ intervocálicos, daí a conservação destes, quando em posição final: [kasáles/ kasál). • Os novos hiatos que se formaram [kasál/kasáes] tenderam a transformar-se em ditongo na zona portuguesa [áes>ajs}, enquanto que na Galiza foi mais frequente a assimilação e posterior redução [aés>áas>ás]. 	<ul style="list-style-type: none"> • Os grupos /LJ/, /K'L/ E /G'L/ tinham evoluído a uma palatal /ʎ/ no período pré-literário. Representações gráficas: • Zona Portuguesa: Alfonso III introduziu o uso de <i>lh</i>, de origem provençal (assim como o de <i>nh</i> para a palatal nasal /ʎ/, a partir de meados do séc. XIII. • Zona Galega: Grafia <i>ll</i> e <i>nn</i> ou a sua forma abreviada <i>ñ</i>, própria do reino castelhano-leonês.
<ul style="list-style-type: none"> • Com a queda do /-N-/ intervocálico há o aparecimento das vogais nasais. • A meados do séc. XIII, a solução geral era a de conservação da nasalidade na primeira das duas vogais em hiato.: - ANU [ão]. • Quando as vogais eram centrais e estavam em posição final de palavra, produziu-se a absorção: - 	<ul style="list-style-type: none"> • Ao norte do Douro, há uma tendência à perda da africacão (vide confusões gráficas entre <i>s</i> e <i>ç</i>. Também no centro e sul de Portugal, a partir de meados do século XIV, a perda da oclusão inicial leva ao aparecimento dos fonemas fricativos pré-dorsais /ʃ/ e /z/ que se oporiam aos apicais /s/ e /z/.

<p><i>ANA > [ãa >ã].</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • Quando a vogal nasal era uma palatal alta tônica, gerou uma consoante nasal palatal: <i>-INUS</i> [<i>~io>i/o</i>], fenômeno documentado, desde meados do século XIII, na Galícia e, princípios do século XIV, em Portugal. • Na zona galega há o fechamento das vogais médias posteriores em contacto com uma nasal. 	
--	--

Fonte básica dos dados: Lleal (1990). Adaptação e Compilação da autora.

Galiza e Portugal produzem uma poesia lírica modelar e, nos séculos XIII e XIV, os cancioneiros galaico-portugueses contêm obras de leoneses e castelhanos, que escreveram suas cantigas nessa língua. É a língua galego-portuguesa o veículo de expressão da poesia lírica na época. No século XIV, a influência dessa lírica reflete-se no castelhano, por meio da entrada de muitos lusismos (coita, coitado, ledo, alguien, enfadar, etc.).

Alfonso XI, rei de Castela, escreve em castelhano uma linda poesia trovadoresca. O castelhano procura ganhar terreno também na produção lírica, já tendo lançado raízes no terreno da prosa durante o reinado de Alfonso X.

Durante o *pré-renascimento*, de 1390 a 1475, tenta-se transplantar ao romance usos sintáticos latinos: o hipérbato, com o deslocamento do adjetivo com relação ao substantivo; o infinitivo dependente de outro verbo; o verbo ao final da frase e a introdução de grande número de latinismos.

Na primeira metade do século XV, alternava-se indiferentemente no castelhano as grafias *t* e *d* finais. O *f* inicial tem a preferência na literatura, enquanto o *h* inicial aspirado é dominante na fala. Havia, ainda, alguns raros casos de perda de *e* final, como *fiz* (hice), *nol* (no le) e *sil* (si le), que perduraram até o reinado de Enrique IV.

Com o renascimento introduziu-se o critério etimológico no estabelecimento da grafia.

O castelhano adquire solidez durante o *período pré-clássico*, que vai de 1475 a 1525. A unificação lingüística vê-se favorecida pela difusão da imprensa. Os reinos de Castela e Aragão unem-se através do casamento dos reis católicos, que finalizam a reconquista, quando, em 1492, derrotam os árabes e recuperam a última porção do território peninsular sob domínio dos mouros: Granada. Nesse mesmo ano, dá-se o descobrimento da América por Cristóvão Colombo, um empreendimento da coroa espanhola, que geraria, entre outros tesouros, a sua expansão lingüístico-cultural. Também em 1492, é publicada a *Gramática Castellana*, escrita por Antonio Nebrija, o primeiro tratado formal de uma língua neo-românica, ao qual se sucederam muitos outros, nesta e nas demais línguas desta mesma família, no intuito de sistematizar, regulamentar e indicar caminhos para a língua como um sistema. Em 1536, é publicada a *Grammatica da lingoagem portuguesa*, de F. de Oliveira, seguida, em 1540, pela *Gramatica da lingoa portuguesa* de J. de Barros .

De fundamental importância foi também, a princípios do século XVII, o aparecimento, segundo Lleal (1990), do primeiro dicionário pensado desde e para um romance hispânico: o *Tesoro de la lengua castellana o española*, escrito por Sebastián de Covarrubias, em 1611.

Nesse momento, desaparece a alternância gráfica de *t* e *d* finais, e tornam-se pouco vistas formas com *d*. Na literatura continua havendo o uso de *f* inicial (fablar, fermosura), mas já é muito geral o *h* inicial, que se impõe por completo entre 1500 e 1520. Quanto à alternância *y/e*, entre 1500 e 1520, opta-se por *y*. A alternância *non/no* viu-se solucionada, algumas décadas antes, com a opção pelo

no. Há vacilações de vocalismos. Na morfologia emprega-se igualmente *vos* (darvos, vos despierta) ou *os* (daros, os despierta). Torna-se pouco freqüente o uso do artigo com o adjetivo possessivo fora da fala popular.

Castela não pronunciava /h/ aspirado, confundia /b/ e /v/ e produzia o ensurdecimento das sonoras /ž/, /z/ e /ž/ fazendo-as coincidir com /š/, /-s-/ e /š/, com as conseqüentes inseguranças gráficas entre: *z* e *c*, *ç*, *-s-* e *-ss-*, *g*, *j* e *x*.

Nas relações lingüístico-culturais entre Portugal e Espanha ocorrem algumas reviravoltas. Em Portugal, o Cancioneiro de Resende contém obras castelhanas de autores portugueses, ao contrário do que tinha ocorrido até o século XIV. Os vínculos com a Espanha são estreitos: Gil Vicente, Sá de Miranda, Camões, Rodrigues Lobo e Melo praticam o bilingüismo.

5- Época Histórica Moderna (do séc. XVI em diante)

Nos séculos XVI e XVII, o espanhol, idioma em plena evolução, numa sociedade marcada por fatos importantes, tais como a expulsão dos judeus e a colonização da América, realiza um trabalho de seleção de sons, formas e expressões coincidentes. Diminuem as vacilações, são fixados usos na língua literária e alguns também na fala. Na primeira metade do século XVI, ainda se tolerava o *f* arcaizante de *fijo*, *fincar*, *fecho*, etc. Entre tabeliões ainda se observa esse uso ao longo do século XVII. Na primeira metade do século XVI, segundo Lapesa (1997), enquanto os fonemas /ž/ (transcrito *g*, *j*) e /š/ (representado com *x*) mantiveram o seu caráter pré-palatal, era freqüente confundi-los, respectivamente, com o /z/ sonoro (*-s-* na grafia).

A transformação do sistema lingüístico do espanhol, em curso já desde a Idade Média, torna-se mais abrangente entre a segunda metade do século XVI e a primeira do XVIII. O conhecido *século de ouro espanhol* frutificou na literatura com a maturidade de uma língua estabelecida, com a consciência lingüística aflorada. Além mar, também o espanhol experimentava a sua expansão: em território americano a língua estabelecia-se e adaptava-se às condições locais.

Lapesa (1997:381) apresenta uma divisão em duas variedades bem definidas do sistema consonântico do espanhol no século XVI, a saber:

“1 - Metade setentrional do domínio castelhano peninsular, ampliada com o reino de Toledo, Múrcia e zonas da Andaluzia oriental: suas três fricativas surdas /θ/, /s/ e /x/ continuam as três ordens de sibilantes antigas, mas simplificadas pela desapareição dos fonemas sonoros (...)

2 - A maior parte da Andaluzia, com extensão a Cartagena, às ilhas Canárias e a América: reduz as tres ordens de sibilantes a somente dois fonemas consonânticos, o /ʃ/ dental (ou os seus alófonos dento-interdentais ou interdentaís) e a pós-palatal, velar ou faríngea /y/, /x/ ou /h/.”

Na península, a mudança radical do consonantismo, que se deu então, determinou a passagem do sistema fonológico medieval ao moderno.

**QUADRO 11: ALTERAÇÕES CONSONÂNTICAS NA PASSAGEM AO
ESPANHOL MODERNO**

<ul style="list-style-type: none"> • Estende-se a não diferenciação entre o fonema /b/ oclusivo e o /v/ fricativo.
<ul style="list-style-type: none"> • Ensurdecimento dos fonemas /z/ (grafia z), /s/ (-s-) e /ʒ/ (g,j), que se confundiram com os surdos correspondentes /θ/ (escrito c, ç), /s/ (-ss- entre vogais) e /x/ (x).
<ul style="list-style-type: none"> • Mudanças na forma e ponto de articulação das sibilantes dentais. As africadas /ʃ/ e /ʒ/ tornam-se fricativas, passando a ser articuladas como um fonema interdental.
<ul style="list-style-type: none"> • No caso das sibilantes pré-palatais, a sonora (escrita g, j) articulava-se normalmente como fricativa ‘rehilante’ /ʒ/ , embora em posição inicial ou pós-consonântica, subsistisse como alófono alguma vez a pronúncia africada [g̟].
<ul style="list-style-type: none"> • As articulações ápico-alveolares foram eliminadas em benefício das dentais. Há um ensurdecimento das sibilantes sonoras – os Quatro fonemas originários se reduzem a um na maior parte da Andaluzia.
<ul style="list-style-type: none"> • A velarização chega a ser completa. O progressivo desaparecimento da oposição surda/sonora entre as sibilantes apresenta como resultado a transformação das palatais /ʒ/ e /ʃ/ na fricativa surda /x/.
<ul style="list-style-type: none"> • Nas regiões onde se conservava o /h/ aspirado procedente de /f/ latino e de aspiradas árabes, a fricativa velar /x/ resultante de /ʒ/ e /ʃ/ tornou-se também aspirada, confundindo-se com aquela.
<ul style="list-style-type: none"> • O Yeísmo, um processo que começou já a inícios do século XV, despoja o / /

da sua característica fricção lateral, convertendo-o em /y/ ou /Z/. É um fenômeno de grande difusão na península e no espanhol americano.

- Desaparecimento do -d- intervocálico. Ocorre no âmbito geral da fala no mundo hispânico, cada vez com mais alcance, embora seja considerado um vulgarismo.

Fonte básica dos dados: Lapesa (1997). Adaptação e compilação da autora.

As transformações lingüísticas gerais do espanhol moderno também foram grandes, como as arroladas no quadro 12.

QUADRO 12: TRANSFORMAÇÕES LINGÜÍSTICAS GERAIS DO ESPAÑHOL MODERNO

<ul style="list-style-type: none">• Definiu-se a utilização do artigo <i>la</i> como feminino sempre, usando-se <i>el</i> diante de palavras que começam pela vogal <i>a</i>, sobretudo acentuada..
<ul style="list-style-type: none">• Tendência a separar palavras fundidas.
<ul style="list-style-type: none">• Restabelecimento do infinitivo no futuro e condicional.
<ul style="list-style-type: none">• Evolução de <i>usted</i>.
<ul style="list-style-type: none">• Voseo.
<ul style="list-style-type: none">• Naturalização do superlativo em <i>ísimo</i>.
<ul style="list-style-type: none">• Opção pelas formas <i>nosotros</i>, <i>vosotros</i> frente a <i>nos</i>, <i>vos</i> – por se tratarem de formas inequívocas quanto à marca do plural.
<ul style="list-style-type: none">• Substituição da forma <i>ge</i> das combinações “<i>ge lo di</i>”, “<i>ge la quitare</i>” por <i>se</i>, devido à confusão gerada pelo dativo reflexivo e pelas alterações fonéticas de

/s/ e /ʒ/, /š/.
<ul style="list-style-type: none"> • O relativo <i>Quien</i>, etimologicamente invariável, começa a ter forma distinta para o plural, a partir do século XVII.
<ul style="list-style-type: none"> • Entram em desuso uma série de advérbios e preposições: <i>cabe</i> e <i>so</i> – tiveram uso corrente até o século XVI; <i>estonces</i> e <i>ansí</i> deram lugar a <i>entonces</i> e <i>assí</i>; <i>agora</i> deu lugar a <i>ahora</i>; <i>presto</i>, <i>harto</i> e <i>passo</i> caíram em desuso; <i>et</i> > <i>e</i> (com exemplos na linguagem dos cartórios até 1681) deu lugar a <i>y</i>.
<ul style="list-style-type: none"> • <i>Aver</i> fica restrito ao seu valor de auxiliar, perdendo o seu valor possessivo.
<ul style="list-style-type: none"> • As construções “<i>si tuviere, daré</i>” ou “<i>si tuviere, daría</i>” decaem, dando lugar a “<i>si tengo, daré</i>” e “<i>si tuviera, daría</i>”.
<ul style="list-style-type: none"> • Estende-se o uso da preposição <i>a</i> diante do acusativo de pessoa e coisa personalizada.
<ul style="list-style-type: none"> • Regra para os pronomes átonos: Ênclise no princípio de frase ou depois de pausa, nos demais casos próclise.
<ul style="list-style-type: none"> • Utilização de <i>pero</i> encadeado após uma negação na frase anterior, contexto em que atualmente se usa <i>sino</i>.

Fonte básica dos dados: Lapesa (1997). Adaptação e compilação da autora.

Quanto às relações lingüísticas entre a Espanha e Portugal, neste período considerava-se na Espanha de bom tom utilizar o português para fazer alguma citação de Camões e, inclusive, a referência a certos estados de alma, que se considerava melhor retratados através da língua portuguesa, ou de algum calco lingüístico dela proveniente. Sem dúvida, refletia-se nessa postura do espanhol

frente ao português o reconhecimento do *século de ouro da literatura portuguesa*, experimentado durante o *século XVI*. “Durante a época dos Áustrias o português foi de bom tom na Espanha; damas e galãs vangloriavam-se ao adornar alguma conversa com uma citação de Camões, e o português era considerado o protótipo do apaixonado platônico. À vida da corte espanhola pertencem os lusismos *sarao* e *menino*, e à sentimental o significado de ‘melancolia’ ou ‘recordação’ que o castelhano *soledad* tomou freqüentemente por influência do português *saudade*. A nostalgia subjaz também em *achar menos* ‘notar a falta de alguém ou de algo’, transformado pelos espanhóis em *echar menos* e mais tarde em *echar de menos*.”(Lapesa, 1997: 411). Salvador (sd.) elucida que o lusismo *achar menos* acabou substituindo por completo *hallar menos*, expressão usada ainda por Cervantes, historiando-nos o fato de que houve uma falsa identificação de *achar* com *echar*, o que justamente imprimiu uma força estilística própria à expressão, fazendo-a triunfar sobre a anterior, mais intelectual e menos sugestiva.

O português apresenta evoluções provenientes, a maioria delas, da região centro-sul, que estabelecem o perfil dessa língua, cada vez mais distanciada do galego, como se pode observar no próximo quadro. Entretanto, há marcas comuns entre o galego e o português, como o infinito pessoal que é em muitos contextos, segundo Posner (1998), uma variante social e estilística com a que se procura enfatizar o sujeito da ação.

**QUADRO 13: EVOLUÇÃO DO GALEGO E DO PORTUGUÊS
NO PLANO FÔNICO**

GALEGO	PORTUGUÊS
<ul style="list-style-type: none"> • Ao final do século XIV, engaja-se num processo comum aos romances do norte peninsular, em que se inicia a desfonologização da oposição surda/sonora nos fonemas não oclusivos. Com isso, os fricativos /s/ e /z/ e os africados /ts/ e /dz/, acabam resultando na oposição de um fonema fricativo a outro africado, ambos surdos: /s/ e /ts/. • Posteriormente, o relaxamento da oclusão inicial do fonema africado levaria ao aparecimento de um som dentalizado /ʃ/, que, tardiamente, Seguiria a evolução castelhana para a interdental /θ/. 	<ul style="list-style-type: none"> • Ao final do século XV, propaga-se do sul de Portugal para o resto do país, convertendo-se em norma culta, a tendência à desafricação de /ts/ e /dz/, transformados nos fonemas pré-dorso-dentais /ʃ/ e / / em oposição aos ápico-alveolares /s/ e /z/. • A meados do século XVI começaram as primeiras confusões entre essas articulações. • Ao final do século XVI, chega-se a uma igualação de /s/ e /ʃ/, por um lado, e /z/ e / /, por outro, dando como resultado o par de fonemas pré-dorso-dentais /ʃ/ e / /.
<ul style="list-style-type: none"> • A tendência para a desnasalação manifestava-se já na Galiza, a final do século XIII, mostrando-se com mais vigor sobretudo durante o século XV. 	<ul style="list-style-type: none"> • Consumada a tendência em contrair as vogais do mesmo timbre, que tinham ficado em contacto como consequência da queda de /-L-/ e

<ul style="list-style-type: none"> • As grafias antigas em –aa (e, possivelmente, -áá) e –áán ou –aam parecem anunciar respectivamente as formas em –á do galego oriental e do falar minhoto e as formas em –á do galego ocidental e do alto minhoto. 	<p>/-N-/ intervocálicos.</p> <ul style="list-style-type: none"> • No caso das nasais, as contrações não alteram o sistema fonológico do português. • No caso das vogais orais, surgem novos fonemas vocálicos: o tônico / / e os átonos /a/, /E/ e /j/. • Tendência contrária à formação de hiato leva à formação de ditongos: <ul style="list-style-type: none"> a) alguns já existentes na língua: [áe > áj] ou [áo > aw] b) novo ditongo com vogal média aberta, inexistente até então: [Ej], [j] e [u] c) ditongos nasais: [ãw], [ãj] e [õj]
	<ul style="list-style-type: none"> • A meados do século XVI, há uma ação metafônica da vogal final de palavra sobre a vogal tônica da sílaba precedente, com modificações do timbre etimológico:] [adéga > adEga], [éla > Ela].

<p>As formas verbais com o sufixo número-pessoal –des 9ou –de no imperativo) aparecem em documentos galegos no século XVI, e mantêm-se ainda hoje. Atualmente, com menor frequência são usadas as formas contratas –ais, -eis, ís.</p>	<ul style="list-style-type: none"> No século XVI o paradigma da conjugação verbal sofre uma alteração, com a perda do /-d-/ intervocálico na 2ª pessoa do plural e posterior ditongação das vogais em hiato.
	<ul style="list-style-type: none"> A tendência contrária à formação de hiatos manifesta-se nas terminações [-eo], [ea-], que geraram uma [j] de transição durante o século XVII: [tΣéo > tΣéjo]
	<ul style="list-style-type: none"> Em alguns encontros vocálicos com vogal nasal foi desenvolvida uma consoante nasal de transição: [ũa > úma], generalizada ao longo do século XVIII.
<ul style="list-style-type: none"> Não diferenciação entre /b/ ~/v/. 	<ul style="list-style-type: none"> Diferenciação /b/ ~ /v/ - ao sul de Coimbra. Não diferenciação /b/ ~/v/ - ao norte de Portugal
<p>As formas registradas atestam diferentes soluções:</p> <ul style="list-style-type: none"> Conservação do ditongo; 	<ul style="list-style-type: none"> Redução do ditongo [ou] a [o] – no centro e sul de Portugal. Adotada pela língua culta ao final do século XVII.

<ul style="list-style-type: none"> • Conservação do ditongo com desenvolvimento de consoante anti-hiática; • Monotongação do ditongo, variante que virá a ser preferida pelo galego moderno. 	<ul style="list-style-type: none"> • Manutenção do ditongo – ao norte de Portugal.
<ul style="list-style-type: none"> • Conserva o carácter africado do /tʃ/. 	<ul style="list-style-type: none"> • A partir do século XVIII, são confundidas a africada /tʃ/ e a fricativa /ʃ/.
<ul style="list-style-type: none"> • Maior estabilidade das vogais átonas. 	<ul style="list-style-type: none"> • A meados do séc. XVIII há uma clara tendência ao relaxamento das vogais átonas no centro e sul de Portugal, o que produziu um fechamento progressivo do timbre vocálico, o [o] final átono passa a [u], e o [e] a [i], e logo a [↔]. A tendência moderna apaga essa vogal final: /-E/ > [e > i > ↔ > Ø] • A etapa intermediária com [i] mantém-se em algumas zonas portuguesas tanto continentais (Beira Baixa, Algarve) como insulares

	(Madeira, Açores), e, sobretudo no Brasil.
<ul style="list-style-type: none"> • Conserva a vibrante múltipla alveolar. 	<ul style="list-style-type: none"> • Desde o final do século passado, a oposição entre uma vibrante simples e uma vibrante múltipla, ambas alveolares, tende a ser substituída por uma oposição baseada no ponto de articulação: a vibrante simples como alveolar e a múltipla como uma articulação uvular.
<ul style="list-style-type: none"> • Mantêm a sibilante alveolar sem palatalizar em posição implosiva. 	<ul style="list-style-type: none"> • Produziu-se a palatalização das sibilantes implosivas nas mesmas zonas em que, em outras posições, tinha passado a uma articulação pré-dorsodental.
<ul style="list-style-type: none"> • Normas gráficas que refletem o ensurdecimento: Xenro, pracer, pazo, pasar. 	<ul style="list-style-type: none"> • Normas gráficas marcam a oposição surda/sonora: Genro, prazer, paço, passar.
<ul style="list-style-type: none"> • Geada: evolução, na parte ocidental da Galiza, do fonema velar sonora /g/ como uma articulação fricativa surda de [x]. 	
<ul style="list-style-type: none"> • Eliminação da semi-consoante velar 	

nos grupos /GWA/ e /QWA/: [kádro], [kándo], [kalkéra], [gárdar]	
<ul style="list-style-type: none"> • Yeísmo: Recentemente, e provavelmente por influência castelhana, tendência ao desaparecimento da oposição entre a palatal lateral /x/ e o central /y/. 	

Fonte básica dos dados: Lleal (1990). Adaptação e compilação da autora.

No século XVIII, ao término da Guerra de Sucessão, a Espanha encontrase exaurida e deprimida. O tratado de Utrech traz a paz, à custa de uma divisão das possessões espanholas. Neste século, marca-se uma quebra da tradição hispânica. A Espanha é assolada pela influência estrangeira. Procura-se alcançar o progresso científico, num mesmo patamar que as potências estrangeiras, das quais a Espanha mantivera-se afastada em relação à produção técnico-científica desde o século XVI.

Jogou um importante papel neste isolamento o fator religioso, a ação da Inquisição, feroz inimiga da modernidade.

A fundação da Real Academia Espanhola (R.A.E.), em 1713, representa um grande passo para a regulamentação da língua. Em 1726, a R.A.E. publica o Dicionário de Autoridades. A academia impôs as formas latinas *concepto*, *efecto*, *digno*, *solemne*, *excelente*, rejeitando as reduções. As exceções são mantidas por força do uso da comunidade hispano-falante. As tendências eruditas também fazem com que a Academia restaure na escrita o *h* latino (*honor*, *hombre*, *húmedo*). O cultismo latinizante promovia transcrições como *philosophía*, *theatro*, *christiano*, *monarchía*, *lyra*, *quanto*, *quando*, *qual*, *eloquente*, *frequente*.

A ortografia vigente demandava uma reforma urgente, pois não correspondia à pronúncia real de 1700, como nos descreve Lapesa (1997:421): “O sistema gráfico que se vinha empregando durante os séculos XVI e XVII era essencialmente o mesmo de Alfonso X, e portanto mantinha oposições gráficas que não correspondiam à pronúncia real de 1700: assim distinguia *b* e *v*, *c* ou *ç* e *z*, *-ss-* e *-s-*, *x* e *g*, *j*, quando os respectivos pares de fonemas tinham se reduzido cada um a um só fonema, como conseqüência da transformação culminada entre 1450 e 1620.”

QUADRO 14: REFORMA ORTOGRÁFICA – R.A.E.

1726	<ul style="list-style-type: none"> • Destinou o signo u exclusivamente para representar a vogal u e o signo v para representar a consoante, até então usados em um ou outro caso. • Suprimiu a cedilha e distribuiu o uso de <i>c</i> diante de <i>e</i>, <i>i</i> e <i>z</i> diante de <i>a</i>, <i>o</i>, <i>u</i> e final de sílaba. • Quanto a <i>b/v</i>, embora reconhecendo que os espanhóis não fazem distinção na pronúncia destas duas letras, optou-se por Seguir a etimologia. • A Academia inclina-se pelas grafias <i>ph</i>, <i>th</i>, <i>ch</i>, <i>y</i> (<i>symbolo</i>, <i>mártyr</i>) nos vocábulos de origem grega, repõe o <i>h</i> latino e a consoante dupla.
1763	<ul style="list-style-type: none"> • Suprime a distinção entre <i>-ss-</i> e <i>-s-</i>, reduzindo tudo a <i>-s-</i>: <i>esse</i>, <i>grandíssimo</i>, <i>tuviesse</i> > <i>esse</i>, <i>grandísimo</i>, <i>tuviese</i>. • Os latinismos <i>ph</i>, <i>th</i>, <i>ch</i> são substituídos por <i>f</i>, <i>t</i>, <i>c</i> ou <i>qu</i>. • <i>Y</i> é substituído por <i>i</i>, em alguns casos, como <i>lyra</i>, <i>sýmbolo</i> > <i>lira</i>, <i>símbolo</i>. • O <i>z</i> helenizante de <i>zelo</i> dá lugar a <i>celo</i>. • O <i>s</i> líquido de <i>stoico</i>, <i>sciencia</i> > <i>estoico</i>, <i>ciencia</i>.
1815	<p>É consumada a modernização, sendo fixada a ortografia hoje vigente:</p> <ul style="list-style-type: none"> • <i>C</i> no lugar de <i>q</i>, em <i>cuatro</i>, <i>cuarto</i>, <i>cual</i>, <i>elocuente</i>, <i>frecuente</i>, etc • Fixa o uso de <i>i/y</i> como semivogal, em <i>aire</i>, <i>peine</i>, <i>ley</i>, <i>rey</i>, <i>muy</i>, etc • Reserva o <i>x</i> para o grupo culto <i>/ks/</i> ou <i>/gs/</i>: <i>examen</i>, <i>exención</i>. • Desaparece o último resto gráfico da distinção entre sibilantes surdas e

	sonoras, extinta na fala dois séculos antes: o fonema /x/ será representado graficamente pelo j (caja, queja, lejos, dejar, em vez de caxa, quexa, lexos, dexar), e por g diante de e/i (gente, género, tragedia).
--	--

Fonte básica dos dados: Lapesa (1997). Adaptação e compilação da autora.

Na península o espanhol exerceu forte influência nas zonas onde se falavam outros idiomas. Portugal consegue conservar o português graças, segundo Lapesa (1997), entre outros fatores, ao florescimento de sua literatura clássica nos decênios que precederam a sua anexão à Espanha em 1580, e mais tarde, graças à separação política em 1643. Esse período em que Portugal esteve unido com Castela propiciou a entrada de castelhanismos no plano léxico relacionados, segundo Lleal (1990) principalmente com a literatura e o teatro, que se refletiam em terras portuguesas (picaresco, sainete, bobo, lhaneza, pundonor), bem como com a vida política (pronunciamento, intentona, cabecilha, liberal).

Com a sua autonomia política Portugal evitou ou reduziu as interferências do espanhol no português e deixou fluir as evoluções lingüísticas nascidas na região centro-sul do país, como pode ser observado no quadro 13, sacramentando-as como norma culta.

As obras ortográficas que têm lugar em Portugal obedecem claramente a critérios etimológicos, ao contrário do que ocorre na Espanha, que se orienta pelo critério fonológico (com exceção da já descrita onda cultista e de critérios latinizantes, experimentada durante o século XVIII). A grafia em língua portuguesa teve, entretanto, o chamado período fonético, coincidente com a fase arcaica do idioma e que se estendeu até o século XVI, caracterizado pelas alternâncias gráficas, na tentativa de aproximar-se ao máximo da língua oral, em alguns casos havendo, inclusive, a adoção da grafia castelhana. Sem o estabelecimento de um padrão na transcrição, marcada pela presença das variações dialetais que emolduravam a sociedade portuguesa, este é um período de extrema instabilidade, no qual se forjava a identidade da língua .

A partir do século XVIII, têm predomínio os critérios latinizantes. É o chamado período pseudo-etimológico, que tem início no século XVI e vai até o ano de 1904. Neste período recuperam-se grafemas que dificultam a compreensão ou não têm qualquer função para marcar a pronúncia. Coutinho (1976:76) manifesta-se em relação a esta postura etimológica da seguinte forma: “Além da dificuldade que acarreta na prática, por exigir do escriba o conhecimento de vários idiomas, é este sistema por natureza anacrônico, assinalando um divórcio total entre a língua falada e a escrita. No final do século XVIII surge o primeiro Dicionário da língua portuguesa, de Moraes Silva, publicado em 1789, o que representa mais um avanço para a consolidação da língua, proprietária a partir de então de um inventário léxico organizado.

A publicação da Nova Ortografia de Gonçalves Viana faz com que, a partir de 1904, se inicie o período simplificado, que compreende segundo esse autor dois sistemas simplificados: o português e o luso-brasileiro. Gonçalves Viana (1904:17) apregoa:

- “1. Proscrição absoluta e incondicional de todos os símbolos de etimologia grega, th, ph, ch (=k), rh e y.
2. Redução das consoantes dobradas a singelas, com exceção de rr e ss mediais, que têm valores peculiares.
3. Eliminação de consoantes nulas, quando não influenciem na pronúncia da vogal que as preceda.
4. Regularização da acentuação gráfica.”

Obtêm-se certo valor preceptivo a partir dessa obra, que norteia a reforma da ortografia para Portugal e suas colônias em 1911, reforma duramente criticada por Fernando Pessoa que defende a escrita etimológica como um fator de identidade cultural e diferenciação em relação ao espanhol: “a necessidade de marcar de todos os modos a nossa separação de Espanha (a escrita espanhola é basicamente fônica), a nossa íntima dessemelhança com ela.”(apud , Schwartsman,1999).

A proposta de simplificação do sistema gráfico português consegue homogeneizar, o que também é criticado por Pessoa: “Para Pessoa, a ingerência do Estado em matéria ortográfica, principalmente da forma como foi feita na

primeira metade do século, é um caso de tirania. O poeta defende que escrever é um fenômeno cultural e não social e que, portanto, cada um pode e deve escrever na ortografia que mais lhe convém, havendo tantas ortografias quanto há escritores.” (Schwartzman, 1999).

Sabe-se, no entanto, da importância de se estabelecer um trabalho em prol da unidade do português. No início deste século também a Academia Brasileira de Letras tinha se definido pela simplificação do sistema vigente, em função de uma série de estudos que enfocavam a realidade lingüístico-cultural brasileira, e que levaram-na a propor uma reforma em 1907 e outra em 1929. Finalmente, é celebrado um acordo em 1931 entre a Academia Brasileira de Letras e a Academia de Ciências de Lisboa. As reformas realizadas, a partir de então em comum acordo, contribuíram para o intercâmbio entre Portugal, Brasil e os outros países luso-falantes, o que reverte num maior fortalecimento da unidade do português.

6-Conclusões

A península ibérica viveu um processo histórico marcado por fatos que se refletiram na geografia lingüística peninsular. Assim, a romanização resultou, com exceção dos vascos, na adoção do latim que se moldou aos substratos lingüísticos locais.

A fragmentação provocada pela queda do império romano com a invasão germânica e pelas dificuldades de comunicação deu lugar à acentuação das

diferenças dialetais e ao surgimento das línguas romances, no caso das peninsulares: o castelhano, o catalão o galego e o português.

O galego e o português eram ao princípio uma só língua, com características comuns que podem ser observadas até o século XIV, dada a força da produção lírica conjunta que acentuava o sentir de um mesmo povo, portador das mesmas origens e falantes de uma mesma língua. Embora Portugal tenha se tornado um reino independente a partir de 1143, é a partir do século XV que passa a haver uma diferenciação crescente do português, com a adoção de evoluções provenientes da região centro-sul, da antiga zona moçárabe. Descarta-se, a partir de então, as soluções provenientes do norte, identificada como uma zona mais conservadora.

O português, juntamente com o galego, dada a já referida tradição lingüística comum, são os mais conservadores dos romances peninsulares. Mantém os timbres abertos do /E/ e do /ó/ do latim e uma conseqüente não ditongação, conservam os ditongos decrescentes sem monotongar (com os resultados [éj] e [ów], mantém o /t-/ latino (lectu>[léjto]), reduzem as consoantes germinadas /LL/ e /NN/ sem palatalizar (capillu>[kabélo]; pannu>[páno]), mantém (o que se registra também em outros dialetos peninsulares) o /f-/ inicial e os grupos consonânticos /MB/ E /ND/

O castelhano diferencia-se do amplo espectro comum das demais línguas e dialetos peninsulares ao apresentar soluções como a passagem do /f/ inicial ao /h/ aspirado e posterior /h/ mudo, a supressão de /g/ e /j/ iniciais diante de /e/ e /i/

átonos, os resultados /ts/ dos grupos /sc/ e /st + yod/; os ditongos /ué/ e /ié/; o / / de llamar, llover, entre outras (vide quadro 7).

A pronúncia antiga do espanhol, que vai até o século XII, apresenta uma maior proximidade em relação ao português pela maior participação de fonemas sonoros, pela distinção entre /b/ e /v/, pela conservação do ditongo decrescente [ej], pela vocalização do /l/ interior seguido de consoante e pelo /f-/ inicial (com freqüente omissão a partir do século XI). A evolução do castelhano acaba por enveredar numa desonorização das sibilantes medievais, questão explorada por Cabrera Morales (1992), que se refere ao fato de que durante toda a época medieval faz-se a diferenciação entre surdas e sonoras, e que é com Alfonso X que fica consolidada a diferenciação gráfica correspondente. Cabrera Morales (1992) confirma-nos que pode-se detetar indícios de ensurdecimento que afetavam especialmente o par /s/ e /z/, a partir da segunda metade do século XIV e no século XV. A mudança radical do consonantismo marcou a passagem do sistema fonológico medieval ao moderno, e é entre a segunda metade do século XVI e a primeira do XVIII, que as transformações gestadas desde a idade média se cristalizam (vide quadro 11), tornando-se pleno o processo de ensurdecimento dos fonemas /z/ (grafia z), /z/ (-s-) e /ž/ (g,j), que passaram a ser confundidos com os surdos correspondentes. As confusões geradas na escrita por esse consolidado ensurdecimento foram contornadas a partir da reforma ortográfica efetuada pela Real Academia Espanhola em 1815.

Pode-se observar durante a visão diacrônica apresentada no presente trabalho o processo histórico compartilhado pelos povos peninsulares. A

península viveu a empreitada da reconquista das terras em poder dos musulmanos, o que propiciou uma possibilidade de crescimento de vários reinos: o português, o castelhano-leonês e o catalão-aragonês. Os interesses da monarquia e da aristocracia feudais viam-se assim atendidos. A sociedade da época era pluralista, formada por católicos, judeus e árabes que permaneceram, quase sempre, nos territórios reconquistados pagando altos impostos e, muitas vezes, tendo que aparentar uma fé que não tinham. O acirramento de uma postura católica fanática produziu o culto à aparência, segundo Saraiva (1991:81) Portugal era “um país onde grande parte da população teria de viver e parecer o que não era e a tentar esconder-se da morte clamando uma fé que não tinha”, o que vemos testemunhado também na literatura espanhola, pois a situação não deixava de ser a mesma. Culmina o radicalismo com a expulsão dos mouros e judeus que se dá ao final do século XV tanto em Portugal quanto na Espanha.

As relações entre Portugal e Espanha guardam conflitos na tentativa de domínio que a Espanha procura exercer e similitudes pelo fato de serem ibéricos. Assim arma-se um jogo no qual Portugal procura manter a sua identidade própria, a sua soberania. Num início, são os interesses do monarca e da aristocracia feudal que definem os rumos da política portuguesa, mas com o passar do tempo é a voz do povo que se levanta direta ou indiretamente.

As relações lingüísticas caracterizam-se num primeiro momento pela força da lírica galego-portuguesa. Neste período o rei de Castela, Alfonso X, o grande incentivador das Letras na Espanha, o responsável por uma vasta produção em prosa, pela formação de um centro de Tradutores, pela instituição de uma norma

lingüística que contribuiu para uma maior sistematização, bem como a adoção do castelhano como língua oficial empregada pelos três reinos sob o seu domínio (Castela, León e Galiza) utiliza o galego-português para a lírica.

Alfonso III, rei de Portugal, promove a adoção do português como língua oficial em 1255. Esta medida provoca uma seleção das variantes a serem empregadas, e uma maior estabilidade em relação ao galego, que permanece atrelado ao domínio espanhol.

A política sucessória faz com que Portugal volte a estar sob a ameaça do domínio espanhol várias vezes, isto quase sempre com o apoio da aristocracia feudal que defendia o que fosse mais conveniente aos seus interesses. O século XVI traz os reflexos no panorama cultural de Portugal do crescimento experimentado pelo país através da política expansionista levada a cabo: Gil Vicente, Bernardim Ribeiro, Sá de Miranda, António Ferreira, Camões, e muitos outros, uma centena de nomes e cerca de mil e duzentos livros publicados: “Os descobrimentos transformaram o pequeno Portugal numa nação mundial, porque a atividade dos portugueses passa a ter por teatro o mundo...”(Saraiva, 1991:185). Camões, através de *Os Lusíadas*, publicado em Lisboa em 1572, torna-se o baluarte da consciência épica portuguesa.

Portugal, apesar dos territórios conquistados além-mar e apesar do efervescência cultural experimentada, volta a viver o dilema sucessório e, em abril de 1581, Felipe II da Espanha torna-se rei de Portugal e jura obedecer aos estatutos que garantiam certa autonomia ao país recém incorporado, condições cumpridas no primeiro período, que vai de 1580 a 1620. O segundo período vai de

1620 até a restauração, em 1668, e coincide com a mudança da política espanhola que, no intuito de conseguir a unidade política, segundo Saraiva (1991), procura eliminar as semi independências existentes. À censura inquisitorial soma-se a censura do governo espanhol ao que pudesse representar algum tipo de patriotismo. Uma vez mais a essência portuguesa manifesta-se através da lírica, e o passado apregoa o sentimento pátrio nos versos de *Os Lusíadas*, a obra mais lida em todo o século XVII. Soma-se a este quadro o patriotismo lingüístico:

“Com o patriotismo histórico está intimamente relacionado o patriotismo lingüístico. O idioma, falado ou escrito, não é visto como simples meio de comunicar, mas como um tesouro que deve ser cultivado. É certo que muita gente fala e escreve em espanhol; durante o período filipino, o português continuou a ser a língua oficial, mas a fala dos dominadores não deixou de se impor e o bilingüismo foi moeda corrente, mesmo entre o povo de Lisboa...” (Saraiva: 1991:p.222)

Traçado este breve panorama histórico podemos compreender o fato de que muitos escritores portugueses de renome escrevessem nas duas línguas. Também capta-se através desse inter-relacionamento tão estreito entre Espanha e Portugal, bem como da fertilidade das letras portuguesas nesse período, o porquê da entrada de lusismos no léxico espanhol da época e o estatus dado nos meios mais refinados à citação de autores portugueses.

A soberania reconquistada por Portugal em 1643 contribuiu para que o país evitasse as interferências do espanhol no português, fato que acometeu os galegos. Henríquez (1990) insiste em que devem ser fomentados os contactos

entre a Galiza e Portugal para manter e preservar a unidade da língua galego-portuguesa na Galiza. A autora recorre à citação de Coseriu (1989): “o galego-português (nome proposto pelos filólogos alemães e usado sempre pelos estudiosos da Filologia Românica) ainda hoje e apesar de que Portugal e Galiza vivam de costas voltadas um para o outro, continuam a manter a unidade, o galego e o português continuam pertencendo ao mesmo conjunto, ao mesmo continuum lingüístico.” Henríquez manifesta-se contra o separatismo lingüístico pelo temor ao perigo do imperialismo português, predicando, assim, pela unidade da língua galego-portuguesa na Galiza.

Imperialismos temidos... Metr6poles que tamb6m tratam de explorar... A hist6ria repete-se, mas a cultura tem sido a moeda mais forte, e atrav6s da l6ngua temos permeado nossas viv6ncias e constru6mos uma civiliza76o na pen6nsula ib6rica: espanh6is, portugueses e demais povos irm6os no destino, nem sempre nas armas... Num novo mundo repete-se a presen7a de espanh6is e portugueses... Uma nova hist6ria, uma mesma l6ngua, permeando viv6ncias, construindo elos...

BIBLIOGRAFIA

CABRERA MORALES, C. “Las sibilantes medievales: reflexiones sobre el problema de la desonorizaci6n.” In: **Medievalia**, 11. M6xico: UNAM, 1992.

COUTINHO, I.L. **Gram6tica Hist6rica**. Rio de Janeiro: Ao Livro T6cnico, 1976.

HENR6IQUEZ, M.C. “L6nguas, territ6rios e dialectologia.” In: **AG6LIA**, 23. Corunha: Associa76o Galega da L6ngua, 1990.

- LAPESA, R. **Historia de la Lengua Española**. Madrid: Editorial Gredos, 1997.
- LLEAL, C. **La Formación de las Lenguas Romances Peninsulares**. Barcelona: Editorial Barcanova, 1990.
- POSNER, R. **Las Lenguas Romances**. Madrid: Ed. Cátedra, 1998.
- SALVADOR, G. “Lusismos.” In: **Enciclopedia Lingüística Hispánica, Tomo II**. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, s/d.
- SARAIVA, J.H. **História Concisa de Portugal**. Portugal: Publicações Europa-América, 1991.
- SCHWARTSMAN, H. “O mar sem fim da língua portuguesa.” In: **Folha de São Paulo**. São Paulo: Folha de São Paulo, 4 de abril de 1999.